

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA AMBEV S.A.

Balanços patrimoniais:

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado	
		2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.620.161	9.722.067
Aplicações financeiras	6	215.106	712.958
Instrumentos financeiros derivativos	27	1.512.381	882.508
Contas a receber	7	4.165.670	3.028.854
Estoques	8	4.338.172	3.411.284
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.398.655	609.976
Demais impostos a recuperar		796.317	971.932
Outros ativos		1.268.027	1.388.842
Ativo circulante		28.314.489	20.728.421
Aplicações financeiras	6	118.628	67.966
Instrumentos financeiros derivativos	27	51.376	5.453
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		557.377	718.064
Demais impostos a recuperar		335.376	443.129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.749.852	1.392.500
Outros ativos		2.140.223	1.736.538
Benefícios a funcionários	16	8.637	12.822
Investimentos		714.925	40.448
Imobilizado	10	19.140.087	15.740.058
Ativo intangível	11	5.092.198	3.754.860
Ágio	12	30.953.066	27.502.944
Ativo não circulante		61.861.745	51.414.782
Total do ativo		90.176.234	72.143.203

Balanços patrimoniais (continuação):
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado	
		2015	2014
Contas a pagar	13	11.833.689	8.708.739
Instrumentos financeiros derivativos	27	4.673.010	1.909.186
Empréstimos e financiamentos	14	1.282.573	988.056
Conta garantida	5	2.539	99.089
Salários e encargos		915.542	598.360
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		598.573	2.435.350
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.245.298	640.413
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.096.798	2.903.276
Outros passivos		6.370.742	3.403.080
Provisões	15	123.149	139.234
Passivo circulante		30.141.913	21.824.783
Contas a pagar	13	110.042	73.927
Instrumentos financeiros derivativos	27	145.119	29.854
Empréstimos e financiamentos	14	2.316.903	1.634.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.473.535	1.737.631
Impostos, taxas e contribuições a recolher		909.957	610.903
Outros passivos		1.023.682	286.683
Provisões	15	499.524	543.220
Benefícios a funcionários	16	2.221.926	1.756.966
Passivo não circulante		9.700.688	6.673.751
Total do passivo		39.842.601	28.498.534
Patrimônio líquido	17		
Capital social		57.614.140	57.582.349
Reservas		62.574.774	59.907.214
Ajuste de avaliação patrimonial		(71.857.031)	(75.267.969)
Patrimônio líquido de controladores		48.331.883	42.221.594
Participação de não controladores		2.001.750	1.423.075
Total do patrimônio líquido		50.333.633	43.644.669
Total do passivo e patrimônio líquido		90.176.234	72.143.203

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

		Consolidado	
	Nota	2015	2014
Receita líquida	19	46.720.141	38.079.786
Custo dos produtos vendidos		(16.061.371)	(12.814.588)
Lucro bruto		30.658.770	25.265.198
Despesas logísticas		(5.833.169)	(4.847.302)
Despesas comerciais		(5.344.710)	(4.311.399)
Despesas administrativas		(2.281.256)	(1.820.046)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	1.936.023	1.629.164
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes		19.135.658	15.915.615
Itens não recorrentes	22	(357.160)	(89.012)
Lucro operacional		18.778.498	15.826.603
Despesas financeiras	23	(3.562.429)	(2.648.627)
Receitas financeiras	23	1.294.226	1.173.223
Resultado financeiro, líquido		(2.268.203)	(1.475.404)
Participação nos resultados de controladas e coligadas		3.094	17.378
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		16.513.389	14.368.577
Imposto de renda e contribuição social	24	(3.634.248)	(2.006.558)
Lucro líquido do exercício		12.879.141	12.362.019
Atribuído à:			
Participação dos controladores		12.423.771	12.065.512
Participação dos não controladores		455.370	296.507
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$		0,79	0,77
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$		0,78	0,76

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	12.879.141	12.362.019
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	(24.501)	(165.906)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:		
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior		
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	(1.859.412)	(330.882)
<i>Hedge</i> de investimento - opção de venda de participação em controlada	(1.071.022)	(175.199)
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	6.344.664	1.116.458
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	3.414.230	610.377
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)		
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>)	1.634.614	385.132
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>) e incluído no resultado	(969.960)	(251.224)
Total <i>hedge</i> de fluxo de caixa	664.654	133.908
Outros resultados abrangentes, líquido de imposto	4.054.383	578.379
Resultado abrangente do exercício	16.933.524	12.940.398
Atribuído à:		
Participação dos controladores	16.086.487	12.522.247
Participação de não controladores	847.037	418.151

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 1º de janeiro de 2015	57.582.349	55.023.269	4.883.945	-	(75.267.969)	42.221.594	1.423.075	43.644.669
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.423.771	-	12.423.771	455.370	12.879.141
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	3.018.934	3.018.934	395.296	3.414.230
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	666.152	666.152	(1.498)	664.654
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(22.370)	(22.370)	(2.131)	(24.501)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	12.423.771	3.662.716	16.086.487	847.037	16.933.524
Aumento de capital	31.791	(22.685)	-	-	-	9.106	-	9.106
Opção de venda de participação em controlada concedida	-	-	-	-	(189.398)	(189.398)	-	(189.398)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	13.501	13.501	(7.936)	5.565
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.352.390)	-	(2.352.390)	(260.426)	(2.612.816)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.979.854)	(4.866.270)	-	(6.846.124)	-	(6.846.124)
Pagamentos baseados em ações	-	189.857	-	-	-	189.857	-	189.857
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(816.990)	-	-	-	(816.990)	-	(816.990)
Dividendos prescritos	-	-	-	16.240	-	16.240	-	16.240
<i>Reversão efeitos de prática contábil do custo precedente:</i>								
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	-	-	-	75.881	(75.881)	-	-	-
<i>Constituição de reservas - destinações:</i>								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.143.639	(1.143.639)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	2.039.171	(2.039.171)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	2.114.422	(2.114.422)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	57.614.140	54.373.451	8.201.323	-	(71.857.031)	48.331.883	2.001.750	50.333.633

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (continuação):

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 1º de janeiro de 2014	57.000.790	55.362.431	5.857.853	-	(75.228.617)	42.992.457	1.232.238	44.224.695
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.065.512	-	12.065.512	296.507	12.362.019
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	488.711	488.711	121.666	610.377
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	133.661	133.661	247	133.908
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(165.637)	(165.637)	(269)	(165.906)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	12.065.512	456.735	12.522.247	418.151	12.940.398
Ajuste de exercícios anteriores ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(24.094)	89.367	65.273	-	65.273
Aumento de capital	581.559	(423.900)	-	-	-	157.659	-	157.659
Gastos com emissão de ações	-	(999)	-	-	-	(999)	-	(999)
Valor pago ABI – Bucanero	-	-	-	-	(505.332)	(505.332)	-	(505.332)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	(4.241)	(4.241)	(7.410)	(11.651)
Dividendos distribuídos	-	-	(1.591.164)	(5.492.192)	-	(7.083.356)	(219.904)	(7.303.260)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(2.412.165)	(1.569.242)	-	(3.981.407)	-	(3.981.407)
Juros sobre o capital próprio provisionados à distribuir	-	-	-	(2.042.587)	-	(2.042.587)	-	(2.042.587)
Pagamento baseado em ações	-	154.340	-	-	-	154.340	-	154.340
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(68.603)	-	-	-	(68.603)	-	(68.603)
Dividendos prescritos	-	-	-	16.143	-	16.143	-	16.143
<i>Reversão efeitos prática contábil do custo precedente:</i>								
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	-	-	-	75.881	(75.881)	-	-	-
<i>Constituição de reservas - destinações:</i>								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.022.740	(1.022.740)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	1.508.371	(1.508.371)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	498.310	(498.310)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	57.582.349	55.023.269	4.883.945	-	(75.267.969)	42.221.594	1.423.075	43.644.669

(i) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com a IFRS 11(R) / CPC 19 – *Negócios em Conjunto*, a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		2015	2014
Lucro líquido do exercício		12.879.141	12.362.019
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		3.074.620	2.392.508
Perda por <i>impairment</i> no contas a receber, estoques e demais contas a receber		97.709	99.549
Aumento nas provisões e benefícios a funcionários		483.121	169.093
Resultado financeiro líquido	23	2.268.203	1.475.404
Ganho na venda de imobilizado e intangíveis		(27.858)	(33.886)
Ganho na venda de operações em subsidiárias		(25.122)	-
Despesa com pagamentos baseados em ações	26	197.057	161.047
Imposto de renda e contribuição social	24	3.634.248	2.006.558
Participação nos resultados de controladas e coligadas		(3.094)	(17.378)
Outros itens não-monetários incluídos no lucro		(1.305.704)	(320.059)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões		21.272.321	18.294.855
Aumento no contas a receber e demais contas a receber		(380.775)	(502.574)
Aumento nos estoques		(681.475)	(588.982)
Aumento nas provisões, contas a pagar e demais contas a pagar		5.083.225	1.577.371
Geração de caixa das atividades operacionais		25.293.296	18.780.670
Juros pagos		(257.266)	(699.614)
Juros recebidos		656.181	349.405
Dividendos recebidos		14.799	20.990
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.126.064)	(2.555.778)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		23.580.946	15.895.673
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		99.771	151.949
Proventos da venda de operações em subsidiárias		94.265	-
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(5.261.228)	(4.493.069)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		(1.212.197)	(10.686)
Aquisição de outros investimentos		(123.444)	-
Aplicação financeira e proventos líquidos de títulos de dívida		403.755	(445.749)
Aquisição de outros ativos, líquidos		2.011	29.478
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(5.997.067)	(4.768.077)
Aumento de capital	17	9.873	157.552
Recompra de ações		(824.186)	(74.158)
Proventos de empréstimos		4.964.621	1.005.203
Liquidação de empréstimos		(5.653.033)	(1.790.326)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(2.326.927)	(380.872)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		(8.066)	(1.567)
Dividendos pagos		(11.490.221)	(12.059.595)
Fluxo de caixa de atividades financeiras		(15.327.939)	(13.143.763)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		2.255.940	(2.016.167)
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾ no início do exercício		9.622.978	11.538.241
Efeito de variação cambial		1.738.704	100.904
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾ no final do exercício		13.617.622	9.622.978

(i) Líquido de conta garantida.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de reais)

	Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Receitas	71.276.318	59.682.893
Vendas mercadorias, produtos e serviços	70.463.429	59.035.962
Outras receitas líquidas	891.867	701.296
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(78.978)	(54.365)
Insumos adquiridos de terceiros	(26.254.108)	(21.271.225)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(18.189.091)	(14.226.235)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.953.860)	(6.943.152)
Perda de valores ativos	(111.157)	(101.838)
Valor adicionado bruto	45.022.210	38.411.668
Retenções	(2.963.463)	(2.290.670)
Depreciação e amortização	(2.963.463)	(2.290.670)
Valor adicionado líquido produzido	42.058.747	36.120.998
Valor adicionado recebido em transferência	988.644	956.025
Participação nos resultados de controladas e coligadas	3.094	17.378
Receitas financeiras	1.294.226	1.173.223
Outros	(308.676)	(234.576)
Valor adicionado total a distribuir	43.047.391	37.077.023
Distribuição do valor adicionado	43.047.391	37.077.023
Pessoal	3.772.775	2.995.177
Remuneração direta	3.262.304	2.542.550
Benefícios	247.731	221.282
Fundo de garantia por tempo de serviço	96.617	85.218
Outros	166.123	146.127
Impostos, taxas e contribuições	22.765.476	18.957.085
Federais	10.875.794	7.773.234
Estaduais	11.866.951	11.163.850
Municipais	22.731	20.001
Remuneração de capitais de terceiros	3.629.998	2.762.742
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	3.416.043	2.570.512
Aluguéis	213.955	192.230
Remuneração de capitais próprios	12.879.142	12.362.019
Juros sobre o capital próprio	4.866.270	3.611.829
Dividendos	2.352.390	5.492.192
Lucros retidos	5.205.111	2.961.491
Participação de não controladores nos lucros retidos	455.371	296.507

(i) A DVA consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi reapresentada para refletir uma reclassificação de tributos sobre os “custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos” no valor de R\$1.291.510, com um correspondente aumento de “impostos, taxas e contribuições federais” de R\$597.507 e “impostos, taxas e contribuições estaduais” de R\$755.004, e redução de “despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras” de R\$61.001.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1.	Informações gerais
2.	Declaração da Administração
3.	Sumário das principais práticas contábeis
4.	Uso de estimativas e julgamentos
5.	Caixa e equivalentes de caixa
6.	Aplicações financeiras
7.	Contas a receber
8.	Estoques
9.	Imposto de renda e contribuição social diferidos
10.	Imobilizado
11.	Ativo intangível
12.	Ágio
13.	Contas a pagar
14.	Empréstimos e financiamentos
15.	Provisões
16.	Benefícios a funcionários
17.	Patrimônio líquido
18.	Informações por segmento
19.	Receita líquida
20.	Outras receitas (despesas) operacionais
21.	Informações adicionais sobre despesas operacionais por natureza
22.	Itens não recorrentes
23.	Despesas e receitas financeiras
24.	Imposto de renda e contribuição social
25.	Folha de pagamento e benefícios relacionados
26.	Pagamento baseado em ações
27.	Instrumentos financeiros e riscos
28.	Arrendamento operacional
29.	Garantias, obrigações contratuais, adiantamento de clientes e outros
30.	Contingências
31.	Itens que não afetam o caixa
32.	Demonstrações sumarizadas da Controladora
33.	Partes relacionadas
34.	Companhias do grupo
35.	Seguros
36.	Eventos subsequentes

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia”, “Ambev S.A.” ou “Controladora”), com sede em São Paulo tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob o código “ABEV3” e na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE) sob o código “ABEV”.

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. (“IIBV”), a AmBrew S.A. (“Ambrew”), ambas controladas da Anheuser-Busch InBev N.V./S.A. (“ABI”), e a Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrener”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2016.

(b) Principais eventos ocorridos em 2014 e 2015:

No decorrer do ano de 2015 a Companhia, por meio de suas subsidiárias, efetuou a compra de empresas como Wals (“Tropical Juice”), Colorado (“Beertech Bebidas”), Bogota Beer Company (“BBC”), Cervecería BBC SAS (“Cerveceria BBC”), Mill Street Brewery (“Mill St. Brewery”) e Bank Holding Limited (“BHL”). Juntamente com a Wirhpool iniciou a criação de uma *joint venture*, denominada B.Blend, sendo a primeira plataforma de bebidas em cápsulas *all-in-one* do mundo.

No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Ambev S.A., da Companhia de Bebidas da América – Ambev (“Companhia de Bebidas”) e da Ambev Brasil Bebidas S.A., por meio das quais foram aprovadas as incorporações da BSA Bebidas Ltda. pela Ambev Brasil Bebidas S.A. e, ato contínuo, da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A. pela Ambev S.A.. Como resultado das incorporações, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A., que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Ambev S.A. ocorrida em 1º de outubro de 2014 foi aprovada a incorporação da Londrina Bebidas Ltda. (“Londrina Bebidas”), pela Ambev S.A..

Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Londrina Bebidas, que foi

extinta, tendo suas ações sido canceladas e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.

O acervo líquido incorporado por empresa está demonstrado abaixo:

	Companhia de Bebidas das Américas S.A.	Ambev Brasil Bebidas S.A.	BSA Bebidas Ltda.	Londrina Bebidas Ltda.
	01/01/2014	01/01/2014	01/01/2014	01/10/2014
Ativo				
Ativo circulante	11.027.626	1.133.510	61.324	519.648
Ativo não circulante	47.220.178	4.906.087	2.700	737.698
Total do ativo	58.247.804	6.039.597	64.024	1.257.346
Passivo				
Passivo circulante	10.258.087	3.059.124	24.737	304.087
Passivo não circulante	12.630.565	912.667	5.755	578.775
Total do passivo	22.888.652	3.971.791	30.492	882.862
Acervo líquido	35.359.152	2.067.806	33.532	374.484

Em janeiro de 2014 a Ambev Luxemburgo, controlada integral da Companhia, adquiriu da ABI a totalidade das ações da Cerbuco Brewing Inc. (“Cerbuco”), *holding* que detém participação na Bucanero S.A. (“Bucanero”), empresa líder no mercado cubano de cervejas.

A Companhia contabilizou, pela aquisição da Cerbuco, uma transferência de controle comum e refletiu, retrospectivamente, a consolidação da controlada pelo valor contábil da ABI. A diferença entre o valor pago e o custo precedente dos ativos líquidos adquiridos é contabilizada no patrimônio líquido.

Em 1 de março de 2014, a ABI e a Companhia celebraram, por meio de controladas, contratos de licenciamento por meio dos quais as controladas da Companhia relacionadas à operação no Canadá adquiriram o direito exclusivo de importar, vender, distribuir e comercializar os produtos da marca *Corona* e marcas relacionadas, incluindo sem se limitar a *Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Negra Modelo*, bem como a licença exclusiva para utilizar as marcas relacionadas a esses produtos, no Canadá.

A Companhia registrou um intangível de vida útil definida no valor de R\$150.899 em contrapartida ao valor desembolsado.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações contábeis da Ambev S.A. estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Com exceção a mudança de prática contábil relacionada à consolidação de fundo exclusivo na controladora, detalhado na Nota 32 – *Demonstrações Sumarizadas da Controladora*, não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Quando aplicável, a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição é utilizado.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Não houve adoção antecipada das normas e alterações de normas por parte da Companhia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:

A IFRS 9, que visa substituir o IAS 39, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Neste novo pronunciamento, a base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Adicionalmente, introduz um novo modelo de *hedge accounting* e teste de *impairment* de instrumentos financeiros. O IASB emitiu a IFRS 9 com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em /ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com possibilidade de adoção antecipada.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IASB emitiu a IFRS 15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

IFRS 16 – Leases:

A IFRS 16, que substituirá o IAS 17, introduz a uniformização do reconhecimento contábil para o locatário, onde haverá o reconhecimento do direito de uso e um passivo de locação, com raras exceções.

O IASB emitiu a IFRS 16, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPC's. Em 2014 o IASB - *International Accounting Standards Board* publicou alterações ao IAS 27 - '*Equity Method in Separate Financial Statements (Amendments to IAS 27)*'. Esta alteração consiste em estabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, negócios em conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas de uma entidade. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. A Companhia optou por adotar a referida norma antecipadamente.

Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes àquelas adotadas pela Companhia. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio, sendo o ágio apresentado na rubrica Intangíveis.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas da Ambev S.A., negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev S.A., empregando práticas contábeis uniformes.

Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev S.A. usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev S.A.. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev S.A. reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRSs ou CPC's. O IFRS 3 / CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8 / CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com o USGAAP e o UKGAAP, a prática do custo precedente.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma troca de ações entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora ABI, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum.

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos

e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Quasi-equity

Operações contratadas com intuito de minimizar a exposição cambial de um recebível ou de um contas a pagar cuja liquidação não é provável de ocorrer em um futuro próximo e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial deste instrumento financeiro deve ser registrado no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa do investimento líquido.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2015	2014	2015	2014
CAD	Dólar canadense	Canadá e Cuba	2,8124	2,2932	2,5661	2,1372
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0860	0,0601	0,0725	0,0540
USD	Dólar americano	Equador, Panamá e Cuba ⁽ⁱ⁾	3,9048	2,6562	3,2596	2,3488
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,5129	0,3508	0,4265	0,3042
PEN	Novo Sol	Peru	1,1440	0,8934	1,0396	0,8285
ARS	Peso	Argentina	0,3003	0,3106	0,3581	0,2893
BOB	Boliviano	Bolívia	0,5610	0,3816	0,4683	0,3375
PYG	Guarani	Paraguai	0,0007	0,0006	0,0006	0,0005
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1304	0,1090	0,1197	0,1012
CLP	Peso chileno	Chile	0,0055	0,0044	0,0050	0,0041
COP	Peso colombiano	Colômbia	0,0012	-	0,0012	-

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (“CUC”), tem paridade com o dólar (“USD”) na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Ativos e passivos financeiros

g.i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

g. i.1) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Em geral, os instrumentos financeiros dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

g. i.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

g. i.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento.

g. i.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

g.ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos e passivos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos e passivos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

g.ii.1) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração

do resultado. Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

g.ii.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

g.ii.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

g.ii.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

g.iii) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos

após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

g.iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, como por exemplo, a manutenção da documentação requerida incluindo teste de efetividade do *hedge*.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente

(reservas de *hedge* de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um instrumento financeiro derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(i) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada quando

há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

(j) Estoques

Os estoques são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão-de-obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques são baixados quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(k) Intangíveis

A amortização relacionada aos ativos intangíveis e desenvolvimento está incluída nos custos de vendas, se estes estiverem relacionados à produção, e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais.

Direitos de fornecimento e distribuição

Um direito de distribuição é o direito de vender produtos específicos em um determinado território.

Direitos de distribuição adquiridos são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo quando obtido através de uma combinação de negócios.

Amortização relativa aos direitos de distribuição está incluída em despesas com vendas e *marketing*.

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada.

A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(I) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação

patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com o IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente.

(m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente conforme Nota 1 – *Informações Gerais*.

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciable é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

(n) Contabilização de arrendamento operacional

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

(o) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(p) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos que possuem estrutura de *hedge* (Nota 14 – *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (v)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12 / CPC 32 – *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais

correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(s) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Uruguai, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

s.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

s.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício

adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerrenner, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência. O bônus pago em ações é tratado como pagamento baseado em ações.

(t) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(u) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros destes empréstimos são vantajosas em relação a taxa de mercado, tais financiamentos de ICMS são registrados a valor presente uma vez que estes são considerados empréstimos subsidiados. A Companhia determinou seu custo médio de captação de recursos no mercado de dívidas, como a taxa de desconto adequada para o cálculo de ajuste a valor presente neste tipo de operação. No momento da captação o ajuste referente a contraprestação é calculado e registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos subsídios. A

Companhia tem como procedimento revisar a taxa de desconto utilizada anualmente, em havendo novos empréstimos subsidiados, considerando aplicação prospectiva das taxas médias ponderadas vigentes naquele momento.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

(v) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) e quando creditados individualmente aos acionistas da Companhia, com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

(w) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício. O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(x) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos

descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não restando incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados ou da possível devolução dos produtos, e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções, deduções e descontos comerciais.

Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica desconto comercial com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções de vendas.

Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(y) Despesas

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto

quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

(z) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(aa) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e Refrigeração), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 18 – *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes e (b) na América Central, excluindo a América Latina - Sul (“CAC”), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vincent, Dominica e Antígua), Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua) e Cuba;
- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador, Peru e Colômbia.
- Canadá, representada pelas operações Labatt.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil do custo precedente (Nota 3 (d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));
- (iii) redução ao valor de recuperação – *impairment* (Nota 3 (g.iii) e (w));
- (iv) provisões (Nota 3 (q));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (t));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (s));
- (vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (r));
- (viii) negócios em conjunto; (Nota 3 (d)) e;
- (ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g) e (h)).

O valor justo dos ativos intangíveis adquiridos é avaliado pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizados no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias do grupo estão envolvidas em auditorias fiscais e investigações locais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável até sua conclusão. Ao avaliar o montante das provisões de imposto de renda a ser reconhecido nas demonstrações financeiras, é realizada uma estimativa do resultado esperado destes assuntos. As estimativas de juros e multas sobre obrigações tributárias também são registradas. As diferenças entre os montantes inicialmente registrados e os valores reais são registradas no resultado do período em que incorreram.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	2015	2014
Caixa	457.176	845.342
Contas correntes	4.628.116	2.534.316
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	8.534.869	6.342.409
Caixa e equivalentes de caixa	13.620.161	9.722.067
Conta garantida	(2.539)	(99.089)
Caixa e equivalentes de caixa líquido	13.617.622	9.622.978

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação	215.106	712.958
Ativo circulante	215.106	712.958
Títulos mantidos até o vencimento	118.628	67.966
Ativo não circulante	118.628	67.966
Total	333.734	780.924

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2015	2014
Contas a receber de clientes	4.081.046	2.947.456
Partes relacionadas	84.624	81.398
Ativo circulante	4.165.670	3.028.854

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

Contas a receber de clientes	Valor contábil líquido em 31 de dezembro	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
2015	4.081.046	3.688.519	323.331	34.009	34.891	296	-	-
2014	2.947.456	2.622.265	256.764	37.641	28.506	1.054	189	1.037

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2015 foi de R\$78.978 no Consolidado (R\$54.365 no Consolidado em 2014).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	1.572.536	1.109.555
Produtos em elaboração	304.726	243.320
Matérias-primas	1.857.351	1.578.458
Materiais de produção	50.542	45.177
Almoxarifado e outros	420.435	356.821
Adiantamentos	239.357	147.277
Provisão para perdas	(106.775)	(69.324)
	4.338.172	3.411.284

O valor das perdas em estoques reconhecidas no resultado foi de R\$15.038 no Consolidado em 2015 (R\$44.824 no Consolidado em 2014).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas estão demonstradas abaixo:

América Central e Caribe	de 23% a 31%
América Latina	de 14% a 35%
Canadá	26%

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	9.058	-	9.058	8.852	-	8.852
Ativo intangível	5.827	(774.637)	(768.810)	5.111	(625.219)	(620.108)
Benefícios a empregados	570.259	-	570.259	494.662	-	494.662
Contas a pagar - variação cambial	2.138.413	(357.108)	1.781.305	-	(303.585)	(303.585)
Contas a receber	38.474	-	38.474	259.879	-	259.879
Derivativos	59.323	(131.733)	(72.410)	48.165	(13.905)	34.260
Empréstimos e financiamentos	-	(685)	(685)	-	(499)	(499)
Estoques	223.465	(66.444)	157.021	223.048	(4.974)	218.074
Imobilizado	-	(737.271)	(737.271)	-	(674.874)	(674.874)
Imposto sobre operações no exterior	-	(1.027.638)	(1.027.638)	-	(680.307)	(680.307)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	506.191	-	506.191
Lucros auferidos em regime específico no exterior	-	-	-	-	(198.183)	(198.183)
Prejuízos fiscais a utilizar	308.380	-	308.380	522.385	-	522.385
Provisões	251.247	(31.995)	219.252	238.937	(31.032)	207.905
Outros itens	-	(200.618)	(200.618)	-	(119.783)	(119.783)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	3.604.446	(3.328.129)	276.317	2.307.230	(2.652.361)	(345.131)
Compensação	(854.594)	854.594	-	(914.730)	914.730	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	2.749.852	(2.473.535)	276.317	1.392.500	(1.737.631)	(345.131)

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2015, os impostos diferidos ativos e passivos, têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	Consolidado		
	2015		Total
	a ser realizado em até 12 meses	a ser recuperado depois de 12 meses	
Aplicações financeiras	-	9.058	9.058
Ativo intangível	-	(768.810)	(768.810)
Benefícios a empregados	104.448	465.811	570.259
Contas a pagar	-	1.781.305	1.781.305
Contas a receber	25.493	12.981	38.474
Derivativos	-	(72.410)	(72.410)
Empréstimos e financiamentos	-	(685)	(685)
Estoques	5.780	151.241	157.021
Imobilizado	-	(737.271)	(737.271)
Imposto sobre operações no exterior	-	(1.027.638)	(1.027.638)
Provisões	73.024	146.228	219.252
Outros itens	-	(200.618)	(200.618)
Total	208.745	(240.808)	(32.063)

Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais	Consolidado	
	2015	2014
2015	-	32.086
2016	18.049	24.899
2017	25.504	8.713
2018	21.400	14.762
A partir de 2019 ⁽ⁱ⁾	243.427	441.925
	308.380	522.385

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, ativos fiscais diferidos no montante de R\$902.053 (R\$425.680 em 31 de dezembro 2014) relacionados a prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foram registrados, já que sua realização não é provável.

O prazo de prescrição desses ativos é, em média, de cinco anos, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado a eles equivale a R\$4.103.602 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015 (R\$2.119.277 em 31 de dezembro de 2014).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(345.131)
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	5.860
Hedge de investimento no exterior	954.402
Hedge de investimento - opção de venda de participação em controlada	551.739
Hedge de fluxo de caixa – ganhos / (perdas)	(335.900)
Ganhos / (perdas) na conversão de operações no exterior	1.864.186
Reconhecido no resultado abrangente	3.040.287
Reconhecido no resultado	(2.406.359)
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	(12.480)
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	
Outros	(12.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	276.317

10. IMOBILIZADO

	2015					Consolidado 2014
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	6.520.939	18.713.861	3.314.025	1.828.910	30.377.735	27.167.702
Efeito de variação cambial	490.729	1.277.407	226.097	64.888	2.059.121	286.472
Aquisições por meio de combinações de negócios	6.300	91.350	16.935	8.883	123.468	-
Venda por meio de combinações de negócios	(10.497)	(111.354)	(24.018)	-	(145.869)	-
Aquisições	11.720	1.150.667	241.692	3.887.006	5.291.085	4.143.717
Alienações	(7.226)	(717.503)	(108.018)	(391)	(833.138)	(920.499)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	706.357	1.965.131	798.345	(3.656.537)	(186.704)	5.295
Outros	-	-	-	(112)	(112)	(304.952)
Saldo final	7.718.322	22.369.559	4.465.058	2.132.647	36.685.586	30.377.735
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(1.898.387)	(10.649.409)	(2.089.881)	-	(14.637.677)	(13.162.141)
Efeito de variação cambial	(125.239)	(788.923)	(152.560)	-	(1.066.722)	(170.565)
Venda por meio de combinações de negócios	3.386	75.148	13.027	-	91.561	-
Depreciação	(233.641)	(1.927.365)	(556.744)	-	(2.717.750)	(2.113.134)
Perda por redução ao valor de recuperação	(850)	(106.593)	(3.175)	-	(110.618)	(101.833)
Alienações	2.187	660.525	99.762	-	762.474	803.002
Transferências (de) para outras categorias de ativos	8.547	158.508	(49.462)	-	117.593	(61.603)
Outros	-	15.640	-	-	15.640	168.597
Saldo final	(2.243.997)	(12.562.469)	(2.739.033)	-	(17.545.499)	(14.637.677)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2014	4.622.552	8.064.452	1.224.144	1.828.910	15.740.058	15.740.058
31 de dezembro de 2015	5.474.325	9.807.090	1.726.025	2.132.647	19.140.087	

Arrendamentos, juros capitalizados e imobilizados dados em garantia não são relevantes.

11. ATIVO INTANGÍVEL

	2015					Consolidado
						2014
	Marcas	Contratos de distribuição	Software	Outros	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	2.683.597	2.193.082	672.239	289.559	5.838.477	5.123.548
Efeito de variação cambial	861.340	54.756	13.113	25.004	954.213	131.506
Aquisições	268.374	143.411	4.334	55.001	471.120	531.914
Alienação	-	(2.399)	(21)	-	(2.420)	(3.013)
Aquisição por meio de combinação de negócios	94.947	-	140	15.457	110.544	-
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(91)	(1.545)	98.672	(28.164)	68.872	54.406
Outros	-	-	-	116	116	116
Saldo final	3.908.167	2.387.305	788.477	356.973	7.440.922	5.838.477
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação (i)						
Saldo inicial	(1.883)	(1.472.120)	(448.349)	(161.265)	(2.083.617)	(1.909.554)
Efeito de variação cambial	-	3.333	(9.205)	(13.213)	(19.085)	11.570
Amortização	-	(154.566)	(82.198)	(10.430)	(247.194)	(189.558)
Alienação	-	1.160	12	-	1.172	2.448
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	-	17	(17)	-	1.477
Saldo final	(1.883)	(1.622.193)	(539.723)	(184.925)	(2.348.724)	(2.083.617)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2014	2.681.714	720.962	223.890	128.294	3.754.860	3.754.860
31 de dezembro de 2015	3.906.284	765.112	248.754	172.048	5.092.198	

(i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e a amortização é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo exercício em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2015	2014
Argentina	522.684	507.966
Bolívia	669.417	455.363
Canadá	217.395	92.415
Chile	71.383	56.543
Paraguai	511.761	435.007
República Dominicana	1.783.034	1.025.169
Uruguai	130.610	109.251
	3.906.284	2.681.714

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 12 - *Ágio*.

12. ÁGIO

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	27.502.944	27.023.743
Efeito da variação cambial	2.858.515	486.373
Aquisição de subsidiárias	591.607	-
Outros	-	(7.172)
Saldo final	30.953.066	27.502.944

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa (“UGC”):

		Consolidado	
		2015	2014
LAN:			
Brasil	BRL	17.414.848	17.364.875
Ágio		102.657.481	102.607.508
Transação com não controladores		(85.242.633)	(85.242.633)
República Dominicana	DOP	3.838.899	2.650.548
Cuba ⁽ⁱ⁾	USD	4.354	2.962
LAS:			
Argentina	ARS	756.309	782.347
Bolívia	BOB	1.381.210	940.684
Chile	CLP	48.293	38.236
Colômbia	COP	165.850	-
Equador	USD	6.018	4.340
Paraguai	PYG	898.550	763.096
Peru	PEN	63.545	49.625
Uruguai	UYU	193.372	161.651
NA:			
Canadá	CAD	6.181.818	4.744.580
		30.953.066	27.502.944

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (CUC), tem paridade com o dólar (USD) na data da demonstração financeira.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) alocado à cada UGC (Unidade Geradora de Caixa) deve ser testado para verificar a necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o *goodwill*), com o seu valor recuperável, e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de redução ao seu valor recuperável.

Ao final de 2015, a Ambev S.A. efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não apurou provisão por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Ambev S.A. acredita que todas as suas estimativas são

razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar.

O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 34% do total de ativos consolidados da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2015 (38% em 31 de dezembro de 2014), é testado para fins de redução ao valor recuperável, por UGC (um nível abaixo do segmento). Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Sempre que ocorre uma combinação de negócios, o ágio é alocado a partir da data de aquisição, em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o IAS 36 / CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, no qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição para as principais unidades de negócio e para as unidades de negócio que apresentam elevado capital investido nos múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (“EBITDA”) e múltiplos de avaliação para as outras unidades de negócio.

Os julgamentos, estimativas e premissas utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Do segundo ao quarto ano do modelo, os fluxos de caixa são baseadas no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macro-econômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Os fluxos de caixa após o primeiro período de dez anos são extrapolados utilizando geralmente índices de preços ao consumidor a longo prazo anuais esperados, com base em fontes externas, a fim de calcular o valor da perpetuidade;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital (“WACC”), considerando-se as sensibilidades nesta métrica;
- Custo de venda assumido é 1,5% do valor da entidade, com base em históricos precedentes.

As projeções são preparadas na moeda funcional de cada unidade de negócio e descontadas pelo custo médio ponderado de capital, considerando as sensibilidades

sobre essa métrica. O custo médio ponderado de capital, em dólares nominais, para o teste de *impairment* do ágio realizado variou conforme a seguir:

	2015	2014
América Latina Norte	de 8,28% a 10,04%	de 8,04% a 11,00%
América Latina Sul	11,07%	16,87%
Canadá	6,55%	6,25%

Apesar de a Ambev S.A. acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos.

13. CONTAS A PAGAR

	Consolidado	
	2015	2014
Fornecedores e despesas provisionadas	11.109.093	8.233.298
Partes relacionadas	724.596	475.441
Passivo circulante	11.833.689	8.708.739
Fornecedores	110.042	73.927
Passivo não circulante	110.042	73.927
Total	11.943.731	8.782.666

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	2015	2014
Empréstimos bancários com garantia	320.004	261.628
Empréstimos bancários sem garantia	925.859	670.942
Outros empréstimos sem garantia	34.275	53.432
Arrendamentos financeiros	2.435	2.054
Passivo circulante	1.282.573	988.056
Empréstimos bancários com garantia	672.596	456.109
Empréstimos bancários sem garantia	1.076.008	731.147
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	374.372	281.572
Outros empréstimos sem garantia	163.485	145.755
Arrendamentos financeiros	30.442	19.984
Passivo não circulante	2.316.903	1.634.567

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda estrangeira estão divulgadas na Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2015 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Taxa média ao ano	2015		Consolidado 2014	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de dívida					
Dívida denominada em USD taxa fixa	6,00%	-	15.721	19.489	-
Dívida denominada em USD taxa flutuante	1,78%	379.741	472.790	186.324	115.213
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante (UMBNDDES)	1,74%	131.781	27.178	139.818	96.865
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante	-	-	-	1.867	-
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	9,31%	177.123	240.493	68.279	-
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante (TJLP)	9,79%	426.593	403.872	480.633	682.232
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	4,61%	34.257	147.764	53.432	128.466
Dívida em Reais - taxa fixa	7,71%	133.078	1.009.085	38.214	611.792
Total		1.282.573	2.316.903	988.056	1.634.568

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2015

	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Consolidado
						Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	992.600	320.004	268.924	78.841	111.004	213.827
Empréstimos bancários sem garantia	2.001.867	925.859	788.665	202.615	84.728	-
Debêntures e Bonds emitidos	374.372	-	275.505	-	-	98.867
Outros empréstimos sem garantia	197.760	34.275	34.378	31.130	34.519	63.458
Arrendamentos financeiros	32.877	2.435	4.818	3.780	21.844	-
	3.599.476	1.282.573	1.372.290	316.366	252.095	376.152

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2014

	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Consolidado
						Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	717.737	261.628	199.868	73.794	110.202	72.245
Empréstimos bancários sem garantia	1.402.089	670.942	408.033	166.902	156.212	-
Bonds emitidos	281.572	-	-	281.572	-	-
Outros empréstimos sem garantia	199.187	53.432	28.442	26.133	33.507	57.673
Arrendamentos financeiros	22.038	2.054	1.767	1.875	16.342	-
	2.622.623	988.056	638.110	550.276	316.263	129.918

Cláusulas contratuais (Covenants)

As dívidas da Companhia têm direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao BNDES, nas quais foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido. Determinados empréstimos e financiamentos

contratados pela Companhia preveem a prestação de garantia de outras empresas do grupo. Os contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

15. PROVISÕES

Consolidado

(a) Movimentação das provisões

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Reestruturação	6.977	1.709	1.353	-	10.039
Contingências					
Cíveis	23.676	1.429	252.359	(245.934)	31.530
Impostos sobre vendas	177.772	117	311.447	(450.964)	38.372
Imposto de renda	180.024	11.910	25.837	(33.682)	184.089
Trabalhistas	164.251	6.627	171.009	(162.126)	179.761
Outros	129.754	19.713	79.676	(50.261)	178.882
Total de contingências	675.477	39.796	840.328	(942.967)	612.634
Total das provisões	682.454	41.505	841.681	(942.967)	622.673

(b) Expectativa de desembolso

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Reestruturação	10.039	9.033	1.006	-	-
Contingências					
Cíveis	31.530	5.327	22.713	3.057	433
Impostos sobre vendas	38.372	9.410	25.790	371	2.801
Imposto de renda	184.089	30.580	26.331	127.178	-
Trabalhistas	179.761	40.892	70.260	55.614	12.995
Outros	178.882	27.907	106.768	37.710	6.497
Total de contingências	612.634	114.116	251.862	223.930	22.726
Total das provisões	622.673	123.149	252.868	223.930	22.726

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

Principais processos com perda provável:

(a) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes

processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(b) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, de suas subsidiárias, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c) Sistema brasileiro de defesa da concorrência

Em 22 de julho de 2009 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE julgou o processo administrativo iniciado em 2004, que teve por objeto a investigação de práticas de mercado da Companhia, notadamente ao programa de mercado denominado “Tô Contigo”, o qual era similar a um programa de milhagem de companhias aéreas.

Após investigação administrativa, o processo foi encaminhado ao CADE para julgamento, que determinou a condenação da Companhia, incluindo uma multa de R\$353 milhões (R\$524 milhões em 31 de dezembro de 2014 incluindo os juros acumulados). A Companhia, junto com seus assessores jurídicos, entendia que as chances de perda do processo eram possíveis e, por isso, não constituía nenhuma provisão para esse fim em períodos anteriores.

Durante o segundo trimestre de 2015 a Companhia levou proposta de acordo com vistas a encerrar definitivamente o processo judicial relativo a este caso, a qual foi aceita. Por meio desse acordo, a Ambev S.A. irá pagar ao CADE uma contribuição pecuniária no valor de R\$229 milhões, o qual foi registrado no período findo em 30 de junho de 2015. Esse valor deverá ser pago em seis parcelas, sendo o primeiro desembolso, correspondente a 30% do valor total, 15 dias após homologação, a qual ocorreu no dia 8 de agosto de 2015, e os demais no primeiro dia útil de cada ano, iniciando em 2017.

No terceiro trimestre de 2015 a companhia registrou o processo administrativo na rubrica de Outros Passivos, em virtude da homologação do acordo.

(d) Outros processos

A Companhia está envolvida em diversos processos ajuizados por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 30 - *Contingências*.

16. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Uruguai, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão privados e a composição dos mesmos.

A Ambev S.A. mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão privados. Durante o exercício de 2015, a Companhia contribuiu com R\$18.987 para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2015, está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2015	2014
Valor presente das obrigações custeadas	(4.646.360)	(4.156.394)
Valor justo dos ativos do plano	3.781.386	3.550.060
Valor presente de obrigações líquidas	(864.974)	(606.334)
Valor presente das obrigações não custeadas	(756.649)	(651.505)
Valor presente das obrigações líquidas	(1.621.623)	(1.257.839)
Ativos não reconhecidos	(534.494)	(453.275)
Passivos	(2.156.117)	(1.711.114)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(57.172)	(33.030)
Total dos benefícios a funcionários	(2.213.289)	(1.744.144)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial		
Passivos	(2.221.926)	(1.756.966)
Ativos	8.637	12.822
Passivos líquidos	(2.213.289)	(1.744.144)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(4.807.899)	(5.325.879)
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	1.054.578
Custo de serviços	(42.452)	(36.782)
Custo de juros	(308.256)	(283.018)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	1.089	(1.543)
Contribuições dos participantes do plano	(5.179)	(3.560)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	-	9.143
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	182.503	(293.889)
Ajustes de experiência	(10.667)	(111.616)
Diferenças cambiais	(805.084)	(152.760)
Benefícios pagos	392.936	337.427
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(5.403.009)	(4.807.899)

Na Fundação Zerrenner o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$494.125 (R\$559.093 em 2014) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrenner. A Fundação Zerrenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev S.A. no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	3.550.060	4.088.576
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	(919.149)
Receita de juros	259.506	234.417
Custos de administração	(3.335)	(2.779)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(173.164)	313.333
Contribuições da Ambev	107.563	91.244
Contribuições dos participantes do plano	5.179	3.560
Diferenças cambiais	428.513	78.285
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(392.936)	(337.427)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	3.781.386	3.550.060

O retorno real dos ativos em 2015 foi um ganho de R\$86.342.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou um montante de R\$8.637, referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro	12.822	23.456
Despesa de juros	1.120	1.301
Alterações excluindo os montantes incluídos na despesa de juros	(5.305)	(3.825)
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	(8.110)
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro	8.637	12.822

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Custos de serviços correntes	(42.452)	(36.390)
Custos de administração	(3.335)	(2.779)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	1.092	(1.538)
Resultado operacional	(44.695)	(40.707)
Custo financeiro	(97.571)	(80.568)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(142.266)	(121.275)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Consolidado	
	2015	2014
Custo de vendas	(19.266)	(20.224)
Despesas comerciais	(7.929)	(7.858)
Despesas administrativas	(17.500)	(12.626)
Despesas financeiras	(97.571)	(80.568)
	(142.266)	(121.276)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Taxa de desconto	6,2%	6,2%
Inflação	2,7%	2,8%
Aumentos de salários futuros	3,5%	3,6%
Aumentos de pensão futuros	2,8%	3,0%
Tendência de custo com plano de saúde	7,0% ao ano com redução 5,7%	7,2% ao ano com redução 6,0%
Tendência de custo com plano odontológico	4,5%	4,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	84	84
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	86	87

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a empresa está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos do plano são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. A maior parte dos planos custeados da Companhia mantém uma proporção de ações, que deverão superar a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Ao longo dos planos, a empresa geralmente reduz o nível de risco de investimento, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, embora isso seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano ou são afetados por, ou vagamente correlacionados com, a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos objetiva trazer benefícios para a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

No caso dos planos custeados, a empresa garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada. A Companhia monitora ativamente como a duração e o rendimento esperado dos investimentos estão se comportando em relação às saídas de caixa esperadas decorrentes da obrigação de pensão. A empresa não mudou os procedimentos utilizados para gerenciar seus riscos de períodos anteriores.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais	Consolidado		
	2015		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(77.531)	67.448
Taxa de desconto	50 pontos base	262.475	(280.103)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(13.272)	12.457
Longevidade	Um ano	(135.083)	131.101

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: frequentemente, as condições econômicas e suas mudanças afetarão simultaneamente diversas premissas e os efeitos das mudanças nas principais premissas não são lineares. Dessa forma, as informações acima não são necessariamente uma representação razoável dos resultados futuros.

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	2015			2014		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	29%	-	29%	30%	-	30%
Títulos corporativos	23%	-	23%	10%	-	10%
Instrumentos patrimoniais	15%	-	15%	28%	-	28%
Propriedade	-	1%	1%	-	1%	1%
Outros	32%	-	32%	31%	-	31%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev S.A. reconhece os ativos desse plano (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras, nesse caso em montante equivalente ao passivo atuarial correspondente.

A Ambev S.A. espera contribuir com aproximadamente R\$238.048 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2016.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	2015		2014	
	Milhares de ações ordinárias	Valor	Milhares de ações ordinárias	Valor
No final do exercício anterior	15.712.619	57.582.349	15.664.280	57.000.790
Emissão de ações	4.996	31.791	48.339	581.559
	15.717.615	57.614.140	15.712.619	57.582.349

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				Total
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(28.800)	53.663.683	1.012.723	714.825	55.362.431
Aumento de capital	(75.358)	127	(311.825)	(36.844)	(423.900)
Gastos com emissão de ações	-	(999)	-	-	(999)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(68.603)	-	-	-	(68.603)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	154.340	154.340
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(172.761)	53.662.811	700.898	832.321	55.023.269
Aumento de capital	(13.757)	-	-	(8.928)	(22.685)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(816.990)	-	-	-	(816.990)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	189.857	189.857
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.003.508)	53.662.811	700.898	1.013.250	54.373.451

(b.1) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações, leilão e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	2015			
	Compra/realização		Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
No início do exercício	417	(6.714)	(166.047)	(172.761)
Alterações no exercício	32.104	(610.693)	(220.054)	(830.747)
No final do exercício	32.521	(617.407)	(386.101)	(1.003.508)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$197.057 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015 (R\$161.045 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014) (Nota 26 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros				
	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	940.132	4.456	1.849.893	3.063.372	5.857.853
Dividendos distribuídos	(939.957)	-	-	(651.207)	(1.591.164)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	-	-	-	(2.412.165)	(2.412.165)
<i>Constituição de reservas - destinações:</i>					
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.022.740	-	1.022.740
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	1.508.371	1.508.371
Reserva de investimentos	498.310	-	-	-	498.310
Saldo em 31 de dezembro de 2014	498.485	4.456	2.872.633	1.508.371	4.883.945
Juros sobre o capital próprio	(471.483)	-	-	(1.508.371)	(1.979.854)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.143.639	-	1.143.639
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	2.039.171	2.039.171
Reserva de investimentos	2.114.422	-	-	-	2.114.422
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.141.424	4.456	4.016.272	2.039.171	8.201.323

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destinar-se-á importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos, a fim de, suportar investimentos futuros.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

(c.4) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio (“JCP”), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev S.A. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2015:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	23/02/2015	Juros sobre o capital próprio	31/03/2015	2014	ON	0,0300	471.483
RCA	23/02/2015	Juros sobre o capital próprio	31/03/2015	2015	ON	0,0600	942.966
RCA	13/05/2015	Juros sobre o capital próprio	29/06/2015	2015	ON	0,1000	1.570.551
RCA	28/08/2015	Dividendos	28/09/2015	2015	ON	0,1500	2.352.390
RCA	01/12/2015	Juros sobre o capital próprio	30/12/2015	2015	ON	0,1500	2.352.753
							7.690.143

(i) Esses juros sobre o capital próprio referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos da Reserva de Investimento.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2014:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ mil)
RCA	06/01/2014	Juros sobre o capital próprio	23/01/2014	2013	ON	0,1540	2.412.165
RCA	06/01/2014	Dividendos	23/01/2014	2013	ON	0,1000	1.566.341
RCA	25/03/2014	Dividendos	25/04/2014	Não aplicável	ON	0,0600	939.957
RCA	25/03/2014	Dividendos	25/04/2014	2014	ON	0,0700	1.096.616
RCA	14/07/2014	Juros sobre o capital próprio	28/08/2014	2014	ON	0,1000	1.569.242
RCA	14/07/2014	Dividendos	28/08/2014	2014	ON	0,0600	941.545
RCA	15/10/2014	Dividendos	13/11/2014	2014	ON	0,2200	3.454.031
RCA	22/12/2014	Juros sobre o capital próprio	14/01/2015	2014	ON	0,1300	2.042.587
RCA	31/12/2014	Juros sobre o capital próprio	30/01/2015	2014	ON	0,0960	1.508.372
							15.530.856

(i) Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos da Reserva de Investimento.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial							
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opção de venda de participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(72.266)	132.296	(1.003.122)	(2.057.281)	2.114.305	156.091	(74.498.640) (75.228.617)
<i>Resultado Abrangente:</i>							
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	495.886	-	-	-	-	-	488.711
Hedge de fluxo de caixa	-	133.661	-	-	-	-	133.661
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(165.637)	-	-	-	(165.637)
Resultado abrangente do exercício	495.886	133.661	(165.637)	-	-	-	456.735
Ajuste de exercícios anteriores ⁽ⁱ⁾	29.737	-	59.630	-	-	-	89.367
Valor pago ABI - Bucanero	-	-	-	-	-	-	(505.332)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	(4.241)	-	(4.241)
<i>Reversão efeitos prática contábil do custo precedente:</i>							
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	(75.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	453.357	265.957	(1.109.129)	(2.057.281)	2.110.064	156.091	(75.087.028) (75.267.969)
<i>Resultado Abrangente:</i>							
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	3.018.934	-	-	-	-	-	3.018.934
Hedge de fluxo de caixa	-	666.152	-	-	-	-	666.152
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(22.370)	-	-	-	(22.370)
Resultado abrangente do exercício	3.018.934	666.152	(22.370)	-	-	-	3.662.716
Opção de venda de participação em controlada concedida	-	-	-	(189.398)	-	-	(189.398)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	13.501	-	13.501
<i>Reversão efeitos prática contábil do custo precedente:</i>							
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	(75.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.472.291	932.109	(1.131.499)	(2.246.679)	2.123.565	156.091	(75.162.909) (71.857.031)

(i) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com a IFRS 11(R) // CPC 19 – *Negócios em Conjunto*, a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial.

(ii) A prática contábil do custo precedente não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme descrito na nota 17 (f).

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo, de acordo com as regras de contabilidade de *hedge* do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver – Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece trimestralmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

(d.4) Opção de venda ou de compra de participação em controlada

Como parte do acordo de aquisição de participação na CND, uma opção de venda (“put”) foi emitida pela Companhia e uma opção de compra (“call”) foi emitida pela E. León Jimenes S.A. (“ELJ”), que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da CND por um valor equivalente o múltiplo de EBITDA das operações no país, sendo a *put* exercível anualmente até 2019 e a *call* a partir de 2019. Em 31 de dezembro de 2015, a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$5.558.583 e o passivo categorizado como “Nível 3”, demonstrado na nota 27 (b), e em conformidade com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinação de Negócios*. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e são reavaliados anualmente no mesmo momento que a administração efetua o teste de *impairment*. A movimentação desta opção está demonstrada na Nota 27 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.5) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado, serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pela IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, dispõe que estas Demonstrações Individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da Controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas Demonstrações Individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às Demonstrações Consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas, procedemos referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial, quando aplicável.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	2015	2014
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱ⁾	15.735.281	15.682.932
Efeito das opções de ações	123.959	136.933
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	15.859.240	15.819.865

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

Lucro por ação básico e diluído antes de itens não recorrentes

O lucro por ação antes de itens não recorrentes é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. antes de itens não recorrentes.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação (“LPA”):

	2015	2014
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.423.771	12.065.512
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.735.281	15.682.932
LPA básico ⁽ⁱ⁾	0,79	0,77
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.423.771	12.065.512
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.859.240	15.819.865
LPA diluído ⁽ⁱ⁾	0,78	0,76

(i) Valores expressos em reais.

O efeito de itens não recorrentes no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. foi de R\$(328.008) em 2015 (R\$(39.108) em 2014). Assim, o lucro por ação básico antes dos itens não recorrentes é de R\$0,79 em 2015 (R\$0,77 em 2014) e o lucro por ação diluído antes dos itens não recorrentes é de R\$0,78 em 2015 (R\$0,76 em 2014).

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2015 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	12.423.771	12.065.512
Dividendos prescritos	16.240	16.143
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	75.881	75.881
Ajuste de exercícios anteriores	-	(24.094)
Lucro base para dividendos e destinações	12.515.892	12.133.442
Dividendos distribuídos e a distribuir		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	7.218.660	7.061.434
JCP aprovado em RCA para distribuição	-	3.550.958
JCP aprovado em RCA para distribuição (Nota 36)	2.039.171	-
Total de dividendos e JCP	9.257.831	10.612.392
<i>Percentual do lucro distribuído</i>	<i>74%</i>	<i>87%</i>

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são apresentadas em milhares de reais (R\$), com exceção do volume que está em milhares de hectolitros.

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	América Latina - norte ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita líquida	29.654.929	26.470.655	11.255.560	6.955.694	5.809.652	4.653.437	46.720.141	38.079.786
Custo dos produtos vendidos	(9.921.311)	(8.807.498)	(4.306.805)	(2.607.335)	(1.833.255)	(1.399.755)	(16.061.371)	(12.814.588)
Lucro bruto	19.733.618	17.663.157	6.948.755	4.348.359	3.976.397	3.253.682	30.658.770	25.265.198
Despesas logísticas	(3.709.565)	(3.299.199)	(1.047.548)	(681.666)	(1.076.056)	(866.437)	(5.833.169)	(4.847.302)
Despesas comerciais	(3.264.030)	(2.954.809)	(1.294.817)	(740.103)	(785.863)	(616.487)	(5.344.710)	(4.311.399)
Despesas administrativas	(1.599.762)	(1.398.844)	(428.029)	(254.634)	(253.465)	(166.568)	(2.281.256)	(1.820.046)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.871.516	1.620.949	60.321	11.611	4.186	(3.396)	1.936.023	1.629.164
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	13.031.777	11.631.254	4.238.682	2.683.567	1.865.199	1.600.794	19.135.658	15.915.615
Itens não recorrentes	(273.890)	(50.174)	(39.882)	(28.763)	(43.388)	(10.075)	(357.160)	(89.012)
Lucro operacional (EBIT)	12.757.887	11.581.080	4.198.800	2.654.804	1.821.811	1.590.719	18.778.498	15.826.603
Resultado financeiro líquido	(1.842.893)	(972.133)	(868.595)	(540.633)	443.285	37.362	(2.268.203)	(1.475.404)
Participação no resultado das coligadas	1.870	11.304	-	-	1.224	6.074	3.094	17.378
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.916.864	10.620.251	3.330.205	2.114.171	2.266.320	1.634.155	16.513.389	14.368.577
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.884.704)	(845.231)	(1.154.087)	(733.653)	(595.457)	(427.674)	(3.634.248)	(2.006.558)
Lucro líquido do exercício	9.032.160	9.775.020	2.176.118	1.380.518	1.670.863	1.206.481	12.879.141	12.362.019
EBITDA ajustado	15.274.640	13.422.676	4.877.801	3.098.650	2.057.300	1.754.499	22.209.741	18.275.825
Itens não recorrentes	(273.890)	(50.174)	(39.882)	(28.763)	(43.388)	(10.075)	(357.160)	(89.012)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(2.242.863)	(1.791.422)	(639.119)	(415.083)	(192.101)	(153.705)	(3.074.083)	(2.360.210)
Resultado financeiro líquido	(1.842.893)	(972.133)	(868.595)	(540.633)	443.285	37.362	(2.268.203)	(1.475.404)
Participação no resultado das coligadas	1.870	11.304	-	-	1.224	6.074	3.094	17.378
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.884.704)	(845.231)	(1.154.087)	(733.653)	(595.457)	(427.674)	(3.634.248)	(2.006.558)
Lucro líquido do exercício	9.032.160	9.775.020	2.176.118	1.380.518	1.670.863	1.206.481	12.879.141	12.362.019
Margem EBITDA ajustado em %	51,5%	50,7%	43,3%	44,5%	35,4%	37,7%	47,5%	48,0%
Aquisição de imobilizado/intangível	3.441.948	3.430.838	1.654.091	903.403	285.834	183.268	5.381.873	4.517.509
Adição/Reversão provisões	488.308	326.478	36.050	17.116	(6.705)	-	517.653	343.594
Média de funcionários em tempo integral	39.360	38.381	10.606	10.872	2.773	2.619	52.739	51.871
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos do segmento	47.282.239	42.504.501	12.757.718	9.323.042	9.264.616	7.024.650	69.304.573	58.852.193
Eliminação entre segmentos							(1.996.366)	(1.618.092)
Ativos não segmentados							22.868.027	14.909.102
Total do ativo							90.176.234	72.143.203
Passivos do segmento	20.998.656	16.564.786	5.093.900	3.836.631	3.608.612	2.665.900	29.701.168	23.067.317
Eliminação entre segmentos							(1.996.366)	(1.618.092)
Passivos não segmentados							62.471.432	50.693.978
Total do passivo e patrimônio líquido							90.176.234	72.143.203

(i) América Latina – norte: compreende as operações no Brasil e CAC (Cuba, Guatemala e República Dominicana).

(ii) América Latina – sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Equador e Peru.

(b) Informações adicionais – por unidades de negócio – exercícios findos em:

	América Latina - norte					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Líquida	25.145.939	22.135.170	4.508.990	4.335.485	29.654.929	26.470.655
Custo dos produtos vendidos	(7.812.301)	(6.815.094)	(2.109.010)	(1.992.404)	(9.921.311)	(8.807.498)
Lucro bruto	17.333.639	15.320.076	2.399.979	2.343.081	19.733.618	17.663.157
Despesas logísticas	(3.030.008)	(2.689.305)	(679.557)	(609.894)	(3.709.565)	(3.299.199)
Despesas comerciais	(3.015.943)	(2.708.642)	(248.087)	(246.167)	(3.264.030)	(2.954.809)
Despesas administrativas	(1.454.960)	(1.289.273)	(144.802)	(109.571)	(1.599.762)	(1.398.844)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.550.286	1.326.603	321.230	294.346	1.871.516	1.620.949
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	11.383.014	9.959.459	1.648.763	1.671.795	13.031.777	11.631.254
Itens não recorrentes	(271.066)	(38.432)	(2.824)	(11.742)	(273.890)	(50.174)
Lucro operacional (EBIT)	11.111.948	9.921.027	1.645.939	1.660.053	12.757.887	11.581.080
Resultado financeiro líquido	(1.842.032)	(972.133)	(861)	-	(1.842.893)	(972.133)
Participação no resultado das coligadas	1.870	11.304	-	-	1.870	11.304
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.271.786	8.960.198	1.645.078	1.660.053	10.916.864	10.620.251
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.884.704)	(845.231)	-	-	(1.884.704)	(845.231)
Lucro líquido do exercício	7.387.082	8.114.967	1.645.078	1.660.053	9.032.160	9.775.020
EBITDA ajustado	13.205.767	11.426.333	2.068.873	1.996.343	15.274.640	13.422.676
Itens não recorrentes	(271.066)	(38.432)	(2.824)	(11.742)	(273.890)	(50.174)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.822.753)	(1.466.874)	(420.110)	(324.548)	(2.242.863)	(1.791.422)
Resultado financeiro líquido	(1.842.032)	(972.133)	(861)	-	(1.842.893)	(972.133)
Participação no resultado das coligadas	1.870	11.304	-	-	1.870	11.304
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.884.704)	(845.231)	-	-	(1.884.704)	(845.231)
Lucro líquido do exercício	7.387.082	8.114.967	1.645.078	1.660.053	9.032.160	9.775.020
Margem EBITDA ajustado em %	52,5%	51,6%	45,9%	46,0%	51,5%	50,7%

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Líquida	22.441.335	20.468.633	3.884.822	3.914.185	26.326.157	24.382.818
Custo dos produtos vendidos	(6.757.595)	(6.162.399)	(1.600.686)	(1.670.799)	(8.358.281)	(7.833.198)
Lucro bruto	15.683.740	14.306.234	2.284.136	2.243.386	17.967.876	16.549.620
Despesas logísticas	(2.753.999)	(2.516.502)	(598.232)	(562.452)	(3.352.231)	(3.078.954)
Despesas comerciais	(2.691.274)	(2.493.400)	(182.619)	(189.974)	(2.873.893)	(2.683.374)
Despesas administrativas	(1.341.538)	(1.211.850)	(99.890)	(81.736)	(1.441.428)	(1.293.586)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.551.219	1.329.557	320.397	294.367	1.871.616	1.623.924
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	10.448.148	9.414.039	1.723.792	1.703.591	12.171.940	11.117.630
Itens não recorrentes	(265.160)	(11.436)	(312)	(124)	(265.472)	(11.560)
Lucro operacional (EBIT)	10.182.988	9.402.603	1.723.480	1.703.467	11.906.468	11.106.070
Resultado financeiro líquido	(1.885.686)	(997.489)	-	-	(1.885.686)	(997.489)
Participação no resultado das coligadas	1.870	11.304	-	-	1.870	11.304
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.299.172	8.416.418	1.723.480	1.703.467	10.022.652	10.119.885
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.615.331)	(749.295)	-	-	(1.615.331)	(749.295)
Lucro líquido do exercício	6.683.841	7.667.123	1.723.480	1.703.467	8.407.321	9.370.590
EBITDA ajustado	12.038.947	10.744.427	2.061.800	1.980.513	14.100.747	12.724.940
Itens não recorrentes	(265.159)	(11.436)	(312)	(124)	(265.471)	(11.560)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.590.800)	(1.330.388)	(338.008)	(276.922)	(1.928.808)	(1.607.310)
Resultado financeiro líquido	(1.885.686)	(997.489)	-	-	(1.885.686)	(997.489)
Participação no resultado das coligadas	1.870	11.304	-	-	1.870	11.304
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.615.331)	(749.295)	-	-	(1.615.331)	(749.295)
Lucro líquido do exercício	6.683.841	7.667.123	1.723.480	1.703.467	8.407.321	9.370.590
Margem EBITDA ajustado em %	53,6%	52,5%	53,1%	50,6%	53,6%	52,2%

	CAC					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Líquida	2.704.604	1.666.537	624.168	421.300	3.328.772	2.087.837
Custo dos produtos vendidos	(1.054.706)	(652.695)	(508.324)	(321.605)	(1.563.030)	(974.300)
Lucro bruto	1.649.899	1.013.842	115.843	99.695	1.765.742	1.113.537
Despesas logísticas	(276.009)	(172.803)	(81.325)	(47.442)	(357.334)	(220.245)
Despesas comerciais	(324.669)	(215.242)	(65.468)	(56.193)	(390.137)	(271.435)
Despesas administrativas	(113.422)	(77.423)	(44.912)	(27.835)	(158.334)	(105.258)
Outras receitas (despesas) operacionais	(933)	(2.954)	833	(21)	(100)	(2.975)
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	934.867	545.420	(75.029)	(31.796)	859.838	513.624
Itens não recorrentes	(5.906)	(26.996)	(2.512)	(11.618)	(8.418)	(38.614)
Lucro operacional (EBIT)	928.960	518.424	(77.541)	(43.414)	851.419	475.010
Resultado financeiro líquido	43.654	25.356	(861)	-	42.793	25.356
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	972.614	543.780	(78.402)	(43.414)	894.212	500.366
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(269.373)	(95.936)	-	-	(269.373)	(95.936)
Lucro líquido do exercício	703.241	447.844	(78.402)	(43.414)	624.839	404.430
EBITDA ajustado	1.166.820	681.906	7.073	15.830	1.173.893	697.736
Itens não recorrentes	(5.907)	(26.996)	(2.512)	(11.618)	(8.419)	(38.614)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(231.953)	(136.486)	(82.102)	(47.626)	(314.055)	(184.112)
Resultado financeiro líquido	43.654	25.356	(861)	-	42.793	25.356
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(269.373)	(95.936)	-	-	(269.373)	(95.936)
Lucro líquido do exercício	703.241	447.844	(78.402)	(43.414)	624.839	404.430
Margem EBITDA ajustado em %	43,1%	40,9%	1,1%	3,8%	35,3%	33,4%

	América Latina - sul					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Líquida	8.907.113	5.294.949	2.348.447	1.660.745	11.255.560	6.955.694
Custo dos produtos vendidos	(3.013.996)	(1.628.371)	(1.292.809)	(978.964)	(4.306.805)	(2.607.335)
Lucro bruto	5.893.117	3.666.578	1.055.638	681.781	6.948.755	4.348.359
Despesas logísticas	(658.957)	(404.975)	(388.591)	(276.691)	(1.047.548)	(681.666)
Despesas comerciais	(1.036.838)	(566.825)	(257.979)	(173.278)	(1.294.817)	(740.103)
Despesas administrativas	(371.147)	(173.519)	(56.882)	(81.115)	(428.029)	(254.634)
Outras receitas (despesas) operacionais	22.796	7.851	37.525	3.760	60.321	11.611
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	3.848.970	2.529.110	389.712	154.457	4.238.682	2.683.567
Itens não recorrentes	(37.279)	(28.763)	(2.603)	-	(39.882)	(28.763)
Lucro operacional (EBIT)	3.811.691	2.500.347	387.109	154.457	4.198.800	2.654.804
Resultado financeiro líquido	(845.243)	(503.995)	(23.352)	(36.638)	(868.595)	(540.633)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.966.448	1.996.352	363.757	117.819	3.330.205	2.114.171
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.150.623)	(691.201)	(3.464)	(42.452)	(1.154.087)	(733.653)
Lucro líquido do exercício	1.815.825	1.305.151	360.293	75.367	2.176.118	1.380.518
EBITDA ajustado	4.413.436	2.873.767	464.365	224.883	4.877.801	3.098.650
Itens não recorrentes	(37.279)	(28.763)	(2.603)	-	(39.882)	(28.763)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(564.466)	(344.657)	(74.653)	(70.426)	(639.119)	(415.083)
Resultado financeiro líquido	(845.243)	(503.995)	(23.352)	(36.638)	(868.595)	(540.633)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.150.623)	(691.201)	(3.464)	(42.452)	(1.154.087)	(733.653)
Lucro líquido do exercício	1.815.825	1.305.151	360.293	75.367	2.176.118	1.380.518
Margem EBITDA ajustado em %	49,5%	54,3%	19,8%	13,5%	43,3%	44,5%

	Canadá			
	2015		2014	
	Cerveja	Total	Cerveja	Total
Receita Líquida	5.809.652	5.809.652	4.653.437	4.653.437
Custo dos produtos vendidos	(1.833.255)	(1.833.255)	(1.399.755)	(1.399.755)
Lucro bruto	3.976.397	3.976.397	3.253.682	3.253.682
Despesas logísticas	(1.076.056)	(1.076.056)	(866.437)	(866.437)
Despesas comerciais	(785.863)	(785.863)	(616.487)	(616.487)
Despesas administrativas	(253.465)	(253.465)	(166.568)	(166.568)
Outras receitas (despesas) operacionais	4.186	4.186	(3.396)	(3.396)
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	1.865.199	1.865.199	1.600.794	1.600.794
Itens não recorrentes	(43.388)	(43.388)	(10.075)	(10.075)
Lucro operacional (EBIT)	1.821.811	1.821.811	1.590.719	1.590.719
Resultado financeiro líquido	443.285	443.285	37.362	37.362
Participação no resultado das coligadas	1.224	1.224	6.074	6.074
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.266.320	2.266.320	1.634.155	1.634.155
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(595.457)	(595.457)	(427.674)	(427.674)
Lucro líquido do exercício	1.670.863	1.670.863	1.206.481	1.206.481
EBITDA ajustado	2.057.300	2.057.300	1.754.499	1.754.499
Itens não recorrentes	(43.388)	(43.388)	(10.075)	(10.075)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(192.101)	(192.101)	(153.705)	(153.705)
Resultado financeiro líquido	443.285	443.285	37.362	37.362
Participação no resultado das coligadas	1.224	1.224	6.074	6.074
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(595.457)	(595.457)	(427.674)	(427.674)
Lucro líquido do exercício	1.670.863	1.670.863	1.206.481	1.206.481
Margem EBITDA ajustado em %	35,4%	35,4%	37,7%	37,7%

19. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Receita bruta de vendas e ou serviços	97.214.180	80.213.458
Deduções da receita bruta	(50.494.039)	(42.133.672)
	46.720.141	38.079.786

As deduções da receita bruta contemplam os impostos, abatimentos e localização estratégica em lojas. Serviços prestados por distribuidores tais como divulgação de nossas marcas e serviços logísticos são considerados como despesa quando separadamente identificáveis.

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Consolidado	
	2015	2014
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	1.755.721	1.479.896
Adições de provisões	(106.088)	(32.162)
Ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	52.981	33.888
Outras receitas operacionais, líquidas	233.409	147.542
	1.936.023	1.629.164

O incremento na conta de subvenção governamental deve-se a maiores investimentos de capital nos últimos anos, para aumento da capacidade fabril atual e construção de novas plantas, o que permite a Companhia receber mais incentivos fiscais.

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2015 e 2014:

	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Consolidado Amortização do intangível	
	2015	2014	2015	2014
Custo dos produtos vendidos	2.053.188	1.593.879	3.251	1.694
Despesas logísticas	177.899	144.649	-	-
Despesas comerciais	431.519	310.471	162.462	127.303
Despesas administrativas	165.762	133.671	81.481	60.561
Itens não recorrentes	-	32.297	-	-
	2.828.368	2.214.967	247.194	189.558

22. ITENS NÃO RECORRENTES

Itens não recorrentes são aqueles que, de acordo com as práticas contábeis da Companhia, não ocorrem regularmente como parte das atividades operacionais do negócio. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos, em virtude da natureza não recorrente de tais eventos. A Companhia optou por excluir esses itens da mensuração do desempenho por segmento conforme observado na Nota 18 - *Informações por segmento*.

Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Reestruturação	(63.318)	(48.934)
Processo administrativo	(239.141)	-
Custos de novas aquisições	(48.918)	-
<i>Impairment</i> de ativo fixo	-	(32.297)
Outros	(5.783)	(7.781)
	(357.160)	(89.012)

As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina – Norte e América Latina – Sul.

A despesa de processo administrativo refere-se à contribuição pecuniária a ser paga pela Ambev S.A. ao CADE após homologação da proposta com vistas a encerrar definitivamente o processo judicial relativo ao caso Tô Contigo, conforme detalhado na Nota 15 - *Provisões*.

23. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Consolidado	
	2015	2014
Despesas com juros	(1.062.606)	(750.087)
Juros capitalizados	26.041	52.725
Juros líquidos sobre planos de pensão	(97.571)	(80.567)
Perdas com derivativos	(1.267.029)	(857.304)
Juros sobre contingências	(120.109)	(228.557)
Juros e variação cambial sobre operações entre partes relacionadas	-	(3.738)
Variação cambial	(721.841)	(320.245)
Perdas com instrumentos financeiros não derivativos (valor justo por meio do resultado)	-	(178.392)
Impostos sobre transações financeiras	(146.386)	(78.115)
Despesas com fiança bancária	(80.801)	(73.083)
Outros resultados financeiros	(92.127)	(131.264)
	(3.562.429)	(2.648.627)

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev S.A. – consultar também a Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	2015	2014
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(423.088)	(393.171)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(601.295)	(325.186)
<i>Hedge</i> de valor justo - itens protegidos	(22.434)	(31.453)
<i>Hedge</i> de valor justo - instrumentos de <i>hedge</i>	(15.789)	(277)
	(1.062.606)	(750.087)

(b) Receitas Financeiras

	Consolidado	
	2015	2014
Receita de juros	575.483	399.428
Ganhos com derivativos	428.315	687.321
Ganhos com instrumento financeiro não derivativo (valor justo por meio do resultado)	261.445	66.584
Dividendos recebidos de companhias não consolidadas	679	7.368
Outros resultados financeiros	28.304	12.522
	1.294.226	1.173.223

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Consolidado	
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	425.935	226.209
Aplicação financeira em título para negociação	149.548	173.219
	575.483	399.428

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.227.888)	(2.057.184)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(2.192.378)	(178.429)
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	(213.982)	229.055
Total do imposto de renda diferido	(2.406.360)	50.626
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(3.634.248)	(2.006.558)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.513.389	14.368.577
Ajuste na base tributável		
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	(999.858)	(549.985)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.360.680)	(1.196.819)
Participação nos resultados de coligadas	(3.094)	(17.378)
Despesas não dedutíveis	415.913	260.748
Lucros auferidos no exterior tributáveis no Brasil	652.029	246.828
	15.217.699	13.111.971
Alíquota nominal ponderada agregada	31,59%	32,04%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(4.806.873)	(4.200.905)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivos regionais de imposto de renda	257.762	43.691
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.646.050	1.729.847
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	142.366	202.251
Imposto retido na fonte sobre dividendos e outras receitas	(672.405)	(239.418)
Outros ajustes tributários	(201.148)	457.976
Imposto de renda e contribuição social	(3.634.248)	(2.006.558)
Alíquota efetiva de impostos	22,01%	13,96%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram: (a) efeito da variação cambial na conversão de balanço sobre receitas não tributadas no exterior; (b) maior efeito dos resultados de subsidiárias no exterior tributadas com alíquota inferior a 34%; (c) incremento da alíquota base de algumas operações; (d) efeito da variação cambial relativo a imposto diferido sobre resultados não distribuídos de subsidiárias no exterior.

A Companhia possui incentivos fiscais de imposto de renda concedidos pelo Governo Federal para incentivar o desenvolvimento econômico e social em algumas áreas das

regiões Norte e Nordeste do país. Esses incentivos são registrados no resultado conforme o regime de competência e destinados no final do ano para a conta de reservas de incentivos fiscais.

25. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Consolidado	
	2015	2014
Salários e encargos	3.086.538	2.262.720
Contribuições previdenciárias	756.134	538.669
Outros custos com pessoal	561.303	522.832
Aumento no passivo para planos de benefício definido	142.266	121.275
Remuneração baseada em ações	209.367	167.654
Contribuição para planos de contribuição definida	18.987	26.590
	4.774.595	3.639.740
Média de funcionários em tempo integral	52.914	51.181

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de ações e opções que permitem que os executivos que trabalham no grupo econômico recebam ou adquiram ações da Companhia. Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial de *Hull*, ajustado para refletir o requerimento da IFRS 2/CPC 10 – *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

O modelo atual de remuneração baseada em ações contempla dois tipos de outorga: Outorga 1: o beneficiário pode escolher destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano, ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia, sendo que a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de cinco anos a contar da data do exercício; Outorga 2: o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de cinco anos.

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção da Ambev S.A. para as “Outorgas 2” de 2015 e 2014 estão demonstrados abaixo:

<i>Em R\$, exceto quando mencionado.</i>	2015 ⁽ⁱ⁾	2014 ⁽ⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	7,84	5,20
Preço da ação	18,41	15,93
Preço de exercício	18,41	15,93
Estimativa de volatilidade	27,5%	32,5%
Carência (em anos)	5	5
Estimativa de dividendos	5%	5%
Taxa de juros livre de risco	15,9% ⁽ⁱⁱ⁾	2,2% a 12,4% ⁽ⁱⁱ⁾

(i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

(ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADRs no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADRs é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2015	2014
Opções em aberto em 1º de janeiro	126.149	147.718
Opções outorgadas durante o exercício	16.568	17.045
Opções exercidas durante o exercício	(19.975)	(34.760)
Opções canceladas durante o exercício	(972)	(3.854)
Opções em aberto no final do exercício	121.770	126.149

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$0,35 (R\$1,06 em 31 de dezembro de 2014) até R\$26,57 (R\$19,14 em 31 de dezembro de 2014) e o prazo contratual médio remanescente é de cerca de 6,30 anos (6,87 anos em 31 de dezembro de 2014).

Das 121.770 mil opções em aberto (126.149 mil em 31 de dezembro de 2014), 48.723 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2015 (35.918 mil em 31 de dezembro de 2014).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	2015	2014
Opções em aberto em 1º de janeiro	10,07	6,30
Opções outorgadas durante o exercício	18,42	16,02
Opções canceladas durante o exercício	20,35	11,28
Opções exercidas durante o exercício	5,05	3,84
Opções em aberto no final do exercício	12,36	10,07
Opções exercíveis no final do exercício	3,29	2,96

Para as opções exercidas durante o exercício de 2015, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$18,95.

Para liquidar opções de ações, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Além disto, para incentivar a mobilidade dos administradores, algumas opções concedidas em anos anteriores a 2010, no modelo de “Outorga 2” foram

modificadas, onde as características de proteção de dividendos dessas opções foram canceladas e compensadas pela emissão de 25 mil opções em 31 de dezembro de 2015 (230 mil opções em 31 de dezembro de 2014), representando o valor econômico da proteção de dividendos eliminada. Como não houve alteração entre o valor justo do prêmio original imediatamente antes da modificação e do valor justo do prêmio modificado imediatamente após a alteração, nenhuma despesa adicional foi registrada como resultado dessas modificações.

Durante o exercício, a Ambev S.A. emitiu 2.692 mil (5.198 mil em 31 de dezembro de 2014) unidades de ações diferidas relacionadas à realização imediata das opções no modelo de *Outorga I*. Estas unidades de ações diferidas são avaliadas ao valor da cotação do dia da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$47.486 em 2015 (R\$88.090 em 2014), e terá um período de carência de cinco anos.

O número total de ações adquiridas no âmbito do plano de ações pelos funcionários, cuja entrega é diferida para um momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas), está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2015	2014
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	17.490	15.588
Novas ações diferidas durante o exercício	2.692	5.198
Ações diferidas entregues durante o exercício	(804)	(2.312)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(322)	(984)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	19.056	17.490

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora ABI cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$209.367 no Consolidado (R\$167.654 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014) registrados na rubrica de despesa administrativa.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev S.A. executa suas operações. A Política

abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não reconhecidos (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado. Isso ocorre no período de até quatorze meses da data do balanço em consonância com a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia.

ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensuradas conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

iv) Derivativos ao valor justo por meio de resultado - operações contratadas com o objetivo de proteger a Companhia de oscilações no resultado do período.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições da Companhia que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia. As seguintes denominações foram aplicadas:

Hedge Operacional: Refere-se às exposições oriundas da atividade fim da Ambev S.A., tais como: compra de insumos, compra de ativos fixos e contratos de serviço atrelados à moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge Financeiro: Refere-se às exposições oriundas de caixa e atividades de financiamento, tais como: caixa em moeda estrangeira e dívida em moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge de investimento no exterior: Refere-se, principalmente, às exposições oriundas de caixa em moeda estrangeira em subsidiárias no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda de consolidação. Uma vez que os derivativos contratados para proteção deste caixa estão contratados em entidades cuja moeda funcional é o Real, denominou-se parte dos ativos líquidos destas subsidiárias no exterior como objeto de *hedge* de investimento líquido destes derivativos, de modo que o resultado do *hedge* fique registrado no grupo do resultado abrangente, assim como o resultado do objeto do *hedge*.

Hedge de investimento – opção de venda de participação em controlada: Conforme detalhado na Nota 17 (d.4) a Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Pesos Dominicanos e está registrado em empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados na República Dominicana, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

Consolidado								
			2015		2015			
Exposição	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
			Ativo	Passivo	Resultado Financeiro	Resultado da Operação	Patrimônio Líquido	
Custo		(12.234.865)	12.234.865	585.089	(443.589)	(1.163.065)	1.305.702	2.476.688
	Commodity	(2.354.990)	2.354.990	75.862	(368.702)	(12.537)	(375.509)	(307.839)
	Dólar	(8.808.434)	8.808.434	460.959	(46.135)	(1.135.483)	1.621.512	2.678.063
	Euro	(635.611)	635.611	23.473	4.329	(9.731)	93.584	133.508
	Peso Mexicano	(435.830)	435.830	24.795	(33.081)	(5.314)	(33.885)	(27.044)
Ativo fixo		(2.236.459)	2.236.459	79.477	(15.724)	328.485	-	-
	Dólar	(1.875.765)	1.875.765	76.403	(11.446)	162.386	-	-
	Euro	(360.694)	360.694	3.074	(4.278)	165.135	-	-
	Libra	-	-	-	-	964	-	-
Despesas		4.920.227	(4.920.227)	290.927	(2.974.335)	(22.365)	-	(1.712.973)
	Dólar	1.049.965	(1.049.965)	252.101	(1.052.674)	43.505	-	(1.006.615)
	Euro	(16.232)	16.232	10.393	(16.697)	(4.799)	-	(7.107)
	Dólar Canadense	3.886.494	(3.886.494)	28.433	(1.904.964)	(83.329)	-	(613.372)
	Reais	-	-	-	-	22.258	-	(85.879)
Caixa		(1.048.612)	1.048.612	164.911	(1.175.509)	1.507.286	-	-
	Dólar	(841.139)	841.139	146.108	(1.122.286)	1.597.829	-	-
	Euro	37.527	(37.527)	18.226	(52.945)	(22.375)	-	-
	Reais	(245.000)	245.000	577	(278)	(68.168)	-	-
Dívida		(1.595.444)	743.813	3.030	910.879	(51.211)	-	-
	Dólar	(1.005.885)	154.254	3.030	949.512	(35.422)	-	-
	Reais	(589.559)	589.559	-	(38.633)	(15.789)	-	-
Investimentos no exterior		141.937	(141.938)	440.323	(1.119.851)	407.902	-	(2.817.341)
	Dólar	132.910	(132.911)	62.609	(978.206)	329.768	-	(2.109.180)
	Euro	9.027	(9.027)	11.153	(26.157)	4.799	-	(53.728)
	Dólar Canadense	-	-	366.561	(115.488)	73.335	-	(654.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(12.053.216)	11.201.584	1.563.757	(4.818.129)	1.007.032	1.305.702	(2.053.626)

Consolidado								
			2014		2014			
			Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
Exposição	Risco	Nocional	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro	Resultado da Operação	Patrimônio Líquido	
Custo		(8.181.780)	8.181.780	108.557	(412.915)	(892.624)	320.057	433.753
	Commodity	(1.644.323)	1.644.323	37.139	(182.975)	(12.277)	98.104	(113.869)
	Dólar	(6.204.524)	6.204.524	70.055	(203.271)	(872.990)	184.706	518.123
	Euro	(112.997)	112.997	1.363	(9.120)	(6.991)	36.894	27.285
	Peso Mexicano	(219.936)	219.936	-	(17.549)	(366)	353	2.214
Ativo fixo		(670.867)	670.867	7.350	(20.187)	(30.028)	6.130	11.598
	Dólar	(506.411)	506.411	6.991	(16.695)	(18.833)	6.130	11.385
	Euro	(164.456)	164.456	359	(3.492)	(11.195)	-	213
Despesas		4.664.151	(4.664.151)	310.938	(703.269)	322.532	(345.262)	(121.825)
	Dólar	4.827.797	(4.827.797)	310.215	(689.313)	324.936	(345.262)	(128.426)
	Euro	88.340	(88.340)	723	(982)	(259)	-	-
	Reais	(251.986)	251.986	-	(12.974)	(2.145)	-	6.601
Caixa		(677.853)	677.853	109.201	(269.902)	148.615	-	-
	Dólar	(1.860.828)	1.860.828	97.285	(263.827)	161.802	-	-
	Euro	112.975	(112.975)	11.771	(4.434)	(3.711)	-	-
	Reais	1.070.000	(1.070.000)	145	(1.642)	(9.476)	-	-
Dívida		(986.332)	610.051	4.960	(23.293)	(3.439)	-	-
	Dólar	(588.939)	212.658	235	(4.869)	(3.162)	-	-
	Reais	(397.393)	397.393	4.725	(18.424)	(277)	-	-
Investimentos no exterior		3.018.853	(3.018.853)	346.955	(509.474)	413.342	-	(557.925)
	Dólar	3.086.085	(3.086.085)	318.015	(474.896)	411.775	-	(547.996)
	Euro	(67.232)	67.232	28.940	(34.578)	1.567	-	(9.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(2.833.828)	2.457.547	887.961	(1.939.040)	(41.602)	(19.075)	(234.399)

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros:

	Consolidado			
	2015			
	Pré – Hedge		Pós – Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	7,1%	1.099.610	8,2%	927.152
Capital de Giro em Peso Argentino	24,0%	2.537	24,0%	2.537
Dívida em Peso Dominicano	9,5%	394.880	9,5%	394.880
Dívida em Dólar Americano	6,0%	15.816	6,0%	15.816
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,8%	9.703	7,8%	9.703
Peso Colombiano	2,9%	29.635	2,9%	29.635
Taxa de juros pré-fixado		1.552.181		1.379.723
Dívida em Real Brasileiro	9,4%	1.055.059	11,2%	1.386.476
Dívida em Dólar Americano	1,8%	994.775	1,8%	835.816
Taxa de juros pós-fixado		2.049.834		2.222.292

Consolidado				
2014				
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,4%	832.133	5,1%	464.060
Capital de Giro em Peso Argentino	23,7%	98.906	23,7%	98.906
Dívida em Peso Dominicano	10,4%	60.096	10,4%	60.096
Dívida em Dólar Americano	3,9%	18.811	5,9%	12.600
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,9%	8.113	7,9%	8.111
Taxa de juros pré-fixado		1.018.059		643.773
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	1.162.634	8,7%	1.773.786
Dívida em Dólar Americano	1,9%	537.113	2,1%	300.247
Dívida em Peso Dominicano	9,1%	3.906	9,1%	3.906
Taxa de juros pós-fixado		1.703.653		2.077.939

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk – VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2015, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2015.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2015.

Transação	Risco	Consolidado			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço das <i>commodities</i>	(292.840)	(602.846)	(881.588)	(1.470.335)
Compras de insumos		292.840	602.846	881.588	1.470.335
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	434.340	(587.589)	(2.035.629)	(4.505.597)
Compras de insumos		(434.340)	587.589	2.035.629	4.505.597
Efeito no custo		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	63.753	(218.641)	(495.362)	(1.054.477)
Compra de <i>capex</i>		(63.753)	218.641	495.362	1.054.477
Efeito no ativo fixo		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	(2.683.408)	(3.223.361)	(3.815.727)	(5.045.783)
Despesas		2.683.408	3.223.361	3.815.727	5.045.783
Efeito no resultado de despesas		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	952.542	934.436	913.978	875.415
Caixa		(952.542)	(1.034.397)	(1.126.886)	(1.301.231)
<i>Hedge de juros</i>	Aumento da Taxa de juros	(38.633)	(73.846)	(136.341)	(158.135)
Receita com juros		38.633	73.846	136.341	158.135
Efeito no caixa		-	(99.961)	(212.908)	(425.816)
<i>Hedge de investimento</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(679.528)	(696.305)	(701.007)	(736.491)
Investimento no Exterior		679.528	696.305	701.007	736.491
Efeito em investimentos no exterior		-	-	-	-
		-	(99.961)	(212.908)	(425.816)

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nocial e Valor Justo por instrumento:

							Consolidado
Exposição	Risco	Valor Nocial					Total
		2016	2017	2018	2019	>2020	
Custo		11.615.287	619.578	-	-	-	12.234.865
	<i>Commodity</i>	2.137.606	217.384	-	-	-	2.354.990
	Dólar	8.406.240	402.194	-	-	-	8.808.434
	Euro	635.611	-	-	-	-	635.611
	Peso Mexicano	435.830	-	-	-	-	435.830
Ativo fixo		2.236.459	-	-	-	-	2.236.459
	Dólar	1.875.765	-	-	-	-	1.875.765
	Euro	360.694	-	-	-	-	360.694
Despesas		196.279	-	(1.982.640)	(3.133.866)	-	(4.920.227)
	Dólar	180.047	-	(292.860)	(937.152)	-	(1.049.965)
	Euro	16.232	-	-	-	-	16.232
	Dólar Canadense	-	-	(1.689.780)	(2.196.714)	-	(3.886.494)
Caixa		1.173.612	300.000	-	(425.000)	-	1.048.612
	Dólar	841.139	-	-	-	-	841.139
	Euro	(37.527)	-	-	-	-	(37.527)
	Reais	370.000	300.000	-	(425.000)	-	245.000
Dívida		154.254	300.000	-	-	289.559	743.813
	Dólar	154.254	-	-	-	-	154.254
	Reais	-	300.000	-	-	289.559	589.559
Investimentos no exterior		(141.938)	-	-	-	-	(141.938)
	Dólar	(132.911)	-	-	-	-	(132.911)
	Euro	(9.027)	-	-	-	-	(9.027)
Total		15.233.953	1.219.578	(1.982.640)	(3.558.866)	289.559	11.201.584

							Consolidado
Exposição	Risco	Valor Justo					Total
		2016	2017	2018	2019	>2020	
Custo		123.513	17.987	-	-	-	141.500
	Commodity	(300.835)	7.995	-	-	-	(292.840)
	Dólar	405.085	9.739	-	-	-	414.824
	Euro	27.802	-	-	-	-	27.802
	Peso Mexicano	(8.539)	253	-	-	-	(8.286)
Ativo fixo		63.753	-	-	-	-	63.753
	Dólar	64.957	-	-	-	-	64.957
	Euro	(1.204)	-	-	-	-	(1.204)
Despesas		(2.612.085)	-	(48.895)	(22.428)	-	(2.683.408)
	Dólar	(780.359)	-	(12.700)	(7.514)	-	(800.573)
	Euro	(6.304)	-	-	-	-	(6.304)
	Dólar Canadense	(1.825.422)	-	(36.195)	(14.914)	-	(1.876.531)
Caixa		(1.010.910)	(25)	(3)	340	-	(1.010.598)
	Dólar	(976.183)	5	-	-	-	(976.178)
	Euro	(34.719)	-	-	-	-	(34.719)
	Reais	(8)	(30)	(3)	340	-	299
Dívida		952.542	(28.291)	-	-	(10.342)	913.909
	Dólar	952.542	-	-	-	-	952.542
	Reais	-	(28.291)	-	-	(10.342)	(38.633)
Investimentos no exterior		(679.528)	-	-	-	-	(679.528)
	Dólar	(915.597)	-	-	-	-	(915.597)
	Euro	(15.004)	-	-	-	-	(15.004)
	Dólar Canadense	251.073	-	-	-	-	251.073
Total Derivativos		(3.162.715)	(10.329)	(48.898)	(22.088)	(10.342)	(3.254.372)

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos” bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nominal (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha aplicações financeiras relevantes nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Citibank, Itaú-Unibanco, JP Morgan Chase, Merrill Lynch, Santander e Toronto Dominion Bank. A Companhia possuía contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Banco Bisa, Barclays, BNB, BNP Paribas, Bradesco, Citibank, Deutsche Bank, Itaú, Goldman Sachs, JP Morgan Chase, Macquarie, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, ScotiaBank e TD Securities.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2015. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2015.

III. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

IV. Gerenciamento de Capital

A Ambev S.A. está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev S.A. não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev S.A. utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo

de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

Consolidado						
2015						
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	13.620.161	-	-	-	-	13.620.161
Aplicações financeiras	-	118.628	215.106	-	-	333.734
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	6.556.780	-	-	-	-	6.556.780
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	449.346	1.114.411	-	1.563.757
Total	20.176.941	118.628	664.452	1.114.411	-	22.074.432
Passivos financeiros						
Contas a pagar e outros passivos	-	-	5.558.583	-	13.779.572	19.338.155
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	3.975.921	842.208	-	4.818.129
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	3.599.476	3.599.476
Total	-	-	9.534.504	842.208	17.379.048	27.755.760

Consolidado						
2014						
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9.722.067	-	-	-	-	9.722.067
Aplicações financeiras	-	67.966	712.958	-	-	780.924
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	5.257.006	-	-	-	-	5.257.006
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	541.823	346.138	-	887.961
Total	14.979.073	67.966	1.254.781	346.138	-	16.647.958
Passivos financeiros						
Contas a pagar e outros passivos	-	-	3.289.778	-	9.182.651	12.472.429
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.191.572	747.468	-	1.939.040
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	2.622.623	2.622.623
Total	-	-	4.481.350	747.468	11.805.274	17.034.092

(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

A IFRS 13 / CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com a IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	2015				2014				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos Financeiros									
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	215.106	-	-	215.106	712.958	-	-	712.958	
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	161.766	287.580	-	449.346	97.801	444.022	-	541.823	
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	177.194	497.403	-	674.597	28.760	89.444	-	118.204	
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	-	-	-	-	4.725	-	4.725	
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	63.069	376.745	-	439.814	89.025	134.184	-	223.209	
	617.135	1.161.728	-	1.778.863	928.544	672.375	-	1.600.919	
Passivos Financeiros									
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	5.558.583	5.558.583	-	-	3.289.778	3.289.778	
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	139.475	3.836.446	-	3.975.921	173.495	1.018.077	-	1.191.572	
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	121.709	333.937	-	455.646	221.860	216.449	-	438.309	
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	28.291	-	28.291	-	18.424	-	18.424	
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	74.409	283.862	-	358.271	49.894	240.841	-	290.735	
	335.593	4.482.536	5.558.583	10.376.712	445.249	1.493.791	3.289.778	5.228.818	

(i) Refere-se à opção de venda de participação em controlada conforme Nota 17 d (4).

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Consolidado
Saldo do passivo financeiro em 2014	3.289.778
Total de ganhos e perdas no exercício	2.268.805
Despesa reconhecida no resultado do exercício	456.658
Despesa reconhecida no patrimônio líquido	1.812.147
Saldo do passivo financeiro em 2015 ⁽ⁱ⁾	5.558.583

(i) O passivo foi registrado na rubrica de "Outros passivos" no balanço patrimonial.

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de seus passivos financeiros ao custo amortizado a valor de mercado, teria apurado uma perda adicional, antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, de aproximadamente R\$(5.465) no Consolidado em 31 de dezembro de 2015 (R\$(12.554) no Consolidado em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Consolidado					
	2015			2014		
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado	Diferença
Financiamentos internacionais (outras moedas)	1.252.991	1.252.991	-	369.134	369.134	-
FINEP - Moeda Nacional	87.281	87.281	-	86.503	86.503	-
BNDES - Moeda Nacional	1.510.974	1.510.974	-	1.444.796	1.444.796	-
BNDES - Moeda Internacional	158.959	158.959	-	236.683	236.683	-
<i>Bond</i> 2017	275.506	280.971	(5.465)	281.572	294.126	(12.554)
Incentivo Fiscal	182.022	182.022	-	181.898	181.898	-
Debênture	98.866	98.866	-	-	-	-
Financial Leasing - Moeda Internacional	32.877	32.877	-	22.038	22.038	-
Contas a pagar e outros passivos	13.779.572	13.779.572	-	9.182.651	9.182.651	-
	17.379.048	17.384.513	(5.465)	11.805.275	11.817.829	(12.554)

A apuração do valor de mercado dos títulos de dívida foi baseada em cotações de corretores de investimento, em cotações dos bancos que prestam serviços à Ambev S.A. e no valor de mercado secundário dos títulos na data-base de 31 de dezembro de 2015, sendo de aproximadamente 93,66% para o *Bond* 2017 (98,04% em 31 de dezembro de 2014).

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2015 um montante de R\$924.033 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa (R\$698.145 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite

esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

28. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas comerciais. O arrendamento é feito normalmente para um período de 5 a 10 anos, com opção de renovação após essa data.

O saldo dos arrendamentos operacionais a pagar está demonstrado a seguir, por prazo de vencimento:

	Consolidado	
	2015	2014
Menos de 1 ano	29.910	28.697
De 1 a 5 anos	62.995	53.201
Mais de 5 anos	82.919	38.392
	175.824	120.290

Em 2015, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$58.681 no resultado do exercício (R\$43.497 em 2014).

29. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2015	2014
Cauções	1.538.335	1.223.963
Outros compromissos	798.759	497.873
	2.337.094	1.721.836
Compromissos contratuais com fornecedores	9.062.775	8.271.355
Compromissos contratuais - <i>Bond 17</i>	300.000	300.000
	9.362.775	8.571.355

Em 31 de dezembro de 2015, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$2.337.094 no Consolidado (R\$1.721.836 em 31 de dezembro de 2014), incluindo R\$620.204 (R\$525.944 em 31 de dezembro de 2014) no Consolidado em garantias em dinheiro. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de contas a receber. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2015 no Consolidado, um montante de R\$924.033 (R\$698.145 em 31 de dezembro de 2014) em aplicações de liquidez imediata ou espécie (Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

A Companhia é garantidora do *Bond* 2017 no valor de R\$300.000, remunerado a 9,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em julho de 2017.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Menos de 1 ano	6.105.513	3.776.816
Entre 1 e 2 anos	2.269.476	2.555.578
Mais de 2 anos	987.786	2.238.961
	9.362.775	8.571.355

30. CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 15 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
PIS e COFINS	860.304	305.442
ICMS e IPI	10.379.144	5.648.753
IRPJ e CSLL	16.358.816	12.946.672
Trabalhistas	188.760	207.867
Cíveis	5.054.103	3.546.357
Outros	502.306	1.668.220
	33.343.433	24.323.311

Principais processos com probabilidade de perda possível

Ágio

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em novembro de 2014, o CARF concluiu o julgamento do recurso. Considerando que o julgamento foi parcialmente favorável, a Ambev S.A. apresentou recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais e aguarda seu julgamento. A Ambev S.A. considera a probabilidade de perda no valor de R\$4,6 bilhões (R\$4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014) relacionado a essa autuação como possível. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a ABI reembolsará o valor proporcional ao seu benefício decorrente da

amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Em outubro de 2013, a Ambev S.A. recebeu mais um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Quinsa S.A. na Ambev S.A.. Em dezembro de 2014, a Ambev S.A. apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de primeira instância administrativa que manteve a autuação. O Recurso aguarda julgamento no CARF. O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,3 bilhão, para dezembro de 2015 (R\$1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2014). Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Lucros auferidos no exterior

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs recurso voluntário para a Câmara Superior do CARF e aguarda seu respectivo julgamento. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Para o exercício de 2015 a Ambev S.A. estima um valor de aproximadamente R\$4,5 bilhões (R\$4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$38,2 milhões com classificação de perda provável (R\$34,7 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Zona Franca de Manaus - IPI

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil estão isentos de IPI. Unidades da Ambev S.A. registraram crédito presumido sobre a aquisição de insumos isentos lá fabricados. Desde 2009, a Ambev S.A. tem recebido uma série de Autos de Infração à glosa destes créditos presumidos. Ainda não há jurisprudência pacificada sobre o assunto. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$1,8 bilhão classificados como de perda possível (R\$917 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Descontos Incondicionais

A Ambev S.A. foi cobrada em processos judiciais pelo Estado do Rio de Janeiro, os quais têm como objeto a cobrança de ICMS sobre descontos incondicionais concedidos pela Ambev S.A. de janeiro de 1996 a fevereiro de 1998. Em 2015, esses processos encontravam-se no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal para julgamento. Em 2013, 2014 e 2015, a Ambev S.A. recebeu Autos de Infração similares emitidos pelos Estados do Pará e Piauí. Em outubro de 2015 e janeiro de 2016, a Ambev S.A. efetuou o recolhimento dos processos relativos ao Estado do Rio de Janeiro no âmbito do programa de incentivo de pagamento com desconto de débitos tributários promovido pelo Estado, no valor total de

aproximadamente R\$ 271 milhões. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2015, seja de aproximadamente R\$861,6 milhões (R\$820 milhões em 31 de dezembro de 2014), classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão. Com o pagamento de janeiro de 2016 acima referido, o valor envolvido nos processos foi reduzido para aproximadamente R\$491,5 milhões.

Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação.

A Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração.

A Companhia estima que a exposição de perdas possíveis dessas autuações foi reduzida para aproximadamente R\$454,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 (R\$419 milhões em 31 de dezembro de 2014).

Bônus de subscrição de ações

Determinados detentores de bônus de subscrição da Companhia de Bebidas, sucedida pela Ambev S.A., emitidos em 1996 (para exercício em 2003) propuseram ações judiciais para subscrever as ações correspondentes por valor inferior ao que a Companhia entende como sendo o estabelecido no momento da emissão do bônus, e ainda receber os dividendos correspondentes a estas ações desde o exercício de 2003 (valor aproximado atual de R\$648 milhões (R\$572 milhões em 31 de dezembro de 2014) além de custas e honorários advocatícios a serem determinados). Caso a Companhia venha a perder a totalidade das referidas ações judiciais, seria necessária a emissão de 172.832 mil ações ordinárias, recebendo em contrapartida recursos substancialmente inferiores ao valor de mercado das ações. A Companhia entende que a perda do processo é possível e não constituiu nenhuma provisão para esse fim.

ICMS Guerra Fiscal

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados à discussão da legalidade da tomada de créditos de ICMS advindos de incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. O valor em discussão para 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente R\$1,7 bilhão (R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2014). Tais processos são classificados como de perda possível e, portanto, sem provisão material relacionada.

IPI Suspensão

No decorrer do ano de 2014 e 2015, a Ambev S.A. foi intimada de Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, veiculando cobrança de IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados para outras unidades da Companhia. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$1,3 bilhão em dezembro de 2015 (R\$510 milhões em dezembro de 2014). Não foi feita nenhuma provisão relacionada à matéria.

Ação coletiva contra Brewers Retail Inc.

Em 12 de dezembro de 2014, foi proposta uma ação judicial coletiva na Corte de Justiça da Província Ontario, no Canadá, contra a *Liquor Control Board of Ontario* (“LCBO”), *Brewers Retail Inc.* (“*The Beer Store*”) e os acionistas da *The Beer Store* (*Molson Coors Canada, Sleeman Breweries Ltd. e Labatt Breweries of Canada LP*). A ação judicial, seguindo o *Ontario Class Proceedings Act*, busca a declaração de que a LCBO e *The Beer Store* teriam firmado acordos para alocação de vendas, território ou mercados para cervejas vendidas em Ontario desde junho de 2000, bem como a declaração de que os acionistas da *The Beer Store* teriam feito acordos para fixação de preço. A ação pretende indenização total de até R\$3,9 bilhões (R\$3,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014), de todas as partes mencionadas. Considerando que *The Beer Store* segue as normas estabelecidas pelo Governo de Ontário e que os preços são definidos de forma independente por cada cervejaria, a Companhia entende que há fortes argumentos de defesa e, deste modo, não registrou provisão correspondente.

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

No dia 29 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu um Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no montante aproximado de R\$1,3 bilhão. A autuação teve como base, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa relacionados com as atividades operacionais da Companhia. A probabilidade de perda do processo é possível, de modo que não houve nenhum valor provisionado.

Em dezembro de 2015, a Companhia recebeu um novo Auto de Infração da Receita Federal do Brasil que trata do mesmo assunto. A Companhia estima que a exposição de perda possível deste processo é de aproximadamente R\$332 milhões em 31 de dezembro de 2015, de modo que não houve nenhum valor provisionado.

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Entre 2014 e 2015, a Companhia recebeu autuações para cobrança de IRPJ e CSLL, cujo objeto é a glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior pelas empresas controladas da Companhia. Tais créditos tributários foram considerados para composição do Saldo Negativo de IRPJ e do Saldo Negativo de CSLL dos anos-calendário de 2007 a 2010 e foram objeto de compensações para pagamento de

tributos federais na apuração da Companhia. A Ambev S.A. estima que as possíveis perdas relacionadas a essas avaliações sejam de aproximadamente R\$1,9 bilhão de reais em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia apresentou defesa para todos os casos e aguarda decisão em primeira instância para os casos recebidos em 2015 e pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF para os demais.

ICMS – PRODEPE

Em junho de 2015, a Ambev S.A. foi intimada de auto de infração lavrado pela Fazenda do Estado de Pernambuco veiculando cobrança de diferença de ICMS por suposto descumprimento de regra prevista no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – “PRODEPE” relativo ao período de fevereiro de 2014. Em setembro de 2015, a Ambev S.A. foi intimada de nova autuação, no valor de R\$563,6 milhões, relativa ao período de março de 2014 a julho de 2015, em razão do fato de que apresentou impugnação contra o primeiro lançamento fiscal. No quarto trimestre de 2015, foram recebidas novas autuações envolvendo o mesmo Programa. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$665,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, classificados como perda possível e, portanto, sem provisão relacionada.

ICMS – Gatilho

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração veiculando a cobrança de diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos da fábrica alcança patamares superiores ao valor estabelecido em pauta fiscal. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, uma vez que a pauta fiscal pressupõe um preço médio, a Companhia questiona as autuações, cujos valores classifica como de perda possível. Em 2015, a Companhia recebeu autuações nos valores de aproximadamente R\$331,6 milhões e estima que o valor envolvido seja de aproximadamente R\$796 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Contingências ativas

De acordo com o IAS 37 / CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis.

31. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa:

	Consolidado	
	2015	2014
Incentivos fiscais	1.755.721	1.479.896
Caixa não realizado sobre derivativos	1.752.269	770.022
Reclassificação de fluxo de caixa financiamento para fluxo de caixa operacional	144.637	178.391
Juros ativos sobre provisões	187.020	117.797
Aquisição de imobilizados financiados	105.558	-
Anistia federal	-	223.316
Outros	41.072	218

32. DEMONSTRAÇÕES SUMARIZADAS DA CONTROLADORA

Conforme orientação técnica OCPC 07, as notas explicativas da controladora estão apresentadas considerando sua utilidade aos investidores e credores, revestidas das características fundamentais de relevância e materialidade.

Mudança de prática

A Companhia revisou a prática contábil anteriormente adotada com relação à consolidação de fundos exclusivos. A referida prática de consolidação na controladora implicava no registro individual nas contas da Ambev, linha a linha, das contas patrimoniais e de resultado, e não como uma aplicação financeira, em fundos de investimento. A decisão, na época, foi baseada no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP No 01/2006, de 22/02/2006, e após revisão, avaliamos que o referido ofício tem como objetivo o aprimoramento do processo de divulgação de demonstrações contábeis, mas especificamente das demonstrações contábeis consolidadas, tornando-se alternativo, portanto para as demonstrações financeiras e individuais.

Assim, entendemos que o tratamento contábil agora adotado é considerado preferível, objetivando propiciar maior clareza quanto as aplicações financeiras através de fundos de investimento.

Adicionalmente, a DVA da controladora do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi reapresentada para refletir uma reclassificação de tributos sobre os “custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos” no valor de R\$402.593, com um correspondente aumento de “impostos, taxas e contribuições federais” de R\$175.768 e “impostos, taxas e contribuições estaduais” de R\$226.825.

Dessa forma, com base no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia demonstra abaixo os efeitos no balanço patrimonial, no resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor

adicionado, retroagindo ao período mais antigo e de relevância ao leitor da informação:

Balanços patrimoniais:
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	2015	2014 ⁽ⁱ⁾		
		Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	1.944.872	5.165.282	(2.621.628)	2.543.654
Aplicações financeiras	2.597.469	684.861	631.228	1.316.089
Instrumentos financeiros derivativos	-	840.654	(840.654)	-
Contas a receber	3.583.444	2.726.673	-	2.726.673
Estoques	1.987.853	1.891.197	-	1.891.197
Impostos e contribuição social a recuperar	2.216.898	339.338	-	339.338
Demais impostos a recuperar	428.444	492.087	-	492.087
Outros ativos	1.285.745	899.712	(66.188)	833.524
Ativo circulante	14.044.725	13.039.804	(2.897.242)	10.142.562
Aplicações financeiras	89.163	67.651	(2.391)	65.260
Instrumentos financeiros derivativos	294.002	5.453	106.637	112.090
Impostos e contribuições a recuperar	553.437	714.745	-	714.745
Demais impostos a recuperar	274.847	318.831	-	318.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.602.220	557.951	-	557.951
Outros ativos	942.211	926.286	-	926.286
Benefícios a funcionários	8.637	12.822	-	12.822
Investimentos	66.073.444	51.780.933	-	51.780.933
Imobilizado	9.911.024	9.078.686	-	9.078.686
Ativo intangível	647.176	629.092	-	629.092
Ágio	281.858	281.858	-	281.858
Ativo não circulante	80.678.019	64.374.308	104.246	64.478.554
Total do ativo	94.722.744	77.414.112	(2.792.996)	74.621.116

Balancos patrimoniais (continuação):
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	2015	2014 ⁽ⁱ⁾		
		Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Contas a pagar	9.267.092	7.144.323	(201)	7.144.122
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.844.041	(1.844.041)	-
Empréstimos e financiamentos	982.083	711.234	(22.434)	688.800
Conta garantida	-	74.064	(74.064)	-
Salários e encargos	341.614	262.087	-	262.087
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	300.902	2.269.245	-	2.269.245
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.674	19.108	-	19.108
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.885.262	1.452.577	-	1.452.577
Outros passivos	5.234.108	3.410.294	(12.350)	3.397.944
Provisões	81.979	115.571	-	115.571
Passivo circulante	18.115.714	17.302.544	(1.953.090)	15.349.454
Contas a pagar	25.380.738	14.872.526	-	14.872.526
Instrumentos financeiros derivativos	-	28.657	(28.657)	-
Empréstimos e financiamentos	734.545	1.499.031	(811.249)	687.782
Impostos, taxas e contribuições a recolher	725.914	607.513	-	607.513
Outros passivos	936.279	273.583	-	273.583
Provisões	249.024	370.935	-	370.935
Benefícios a funcionários	248.647	237.729	-	237.729
Passivo não circulante	28.275.147	17.889.974	(839.906)	17.050.068
Total do passivo	46.390.861	35.192.518	(2.792.996)	32.399.522
Patrimônio líquido				
Capital social	57.614.140	57.582.349	-	57.582.349
Reservas	62.574.774	59.907.214	-	59.907.214
Ajuste de avaliação patrimonial	(71.857.031)	(75.267.969)	-	(75.267.969)
Patrimônio líquido de controladores	48.331.883	42.221.594	-	42.221.594
Total do passivo e patrimônio líquido	94.722.744	77.414.112	(2.792.996)	74.621.116

(i) Não aplicável a reapresentação do saldo em 01/01/2014, em consequência da reestruturação societária da Ambev S.A.

Demonstrações dos resultados:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	2015	2014 ⁽ⁱ⁾		
		Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida	22.106.965	20.014.913	-	20.014.913
Custo dos produtos vendidos	(11.431.627)	(9.704.361)	(137.606)	(9.841.967)
Lucro bruto	10.675.338	10.310.552	(137.606)	10.172.946
Despesas logísticas	(1.561.483)	(1.486.696)	(482)	(1.487.178)
Despesas comerciais	(2.029.555)	(1.930.635)	-	(1.930.635)
Despesas administrativas	(1.277.065)	(1.101.219)	-	(1.101.219)
Outras receitas (despesas) operacionais. líquidas	1.708.061	1.527.379	-	1.527.379
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes	7.515.296	7.319.381	(138.088)	7.181.293
Itens não recorrentes	(264.118)	(9.238)	-	(9.238)
Lucro operacional	7.251.178	7.310.143	(138.088)	7.172.055
Despesas financeiras	(5.292.920)	(3.218.163)	(207.174)	(3.425.337)
Receitas financeiras	3.988.762	1.045.958	-	1.045.958
Resultado financeiro. líquido	(1.304.158)	(2.172.205)	(207.174)	(2.379.379)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.795.336	6.730.188	-	6.730.188
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.742.356	11.868.126	(345.262)	11.522.864
Imposto de renda e contribuição social	(318.585)	197.386	345.262	542.648
Lucro líquido do exercício	12.423.771	12.065.512	-	12.065.512

(i) Não aplicável a reapresentação do saldo em 01/01/2014, em consequência da reestruturação societária da Ambev S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	2015	2014 ⁽ⁱ⁾		
		Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	12.423.771	12.065.512	-	12.065.512
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	1.692.171	1.414.258	-	1.414.258
Perda por <i>impairment</i> no contas a receber, estoques e demais contas a receber	34.071	24.401	-	24.401
Aumento nas provisões e benefícios a funcionários	373.641	122.345	-	122.345
Resultado financeiro líquido	1.304.158	2.172.205	207.174	2.379.379
Ganho na venda de imobilizado e intangíveis	5.820	(11.734)	-	(11.734)
Despesa com pagamentos baseados em ações	147.276	115.505	-	115.505
Imposto de renda e contribuição social	318.585	(197.386)	(345.262)	(542.648)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(6.795.336)	(6.730.188)	-	(6.730.188)
Outros itens não-monetários incluídos no lucro	4.516	(137.552)	138.088	536
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	9.508.673	8.837.366	-	8.837.366
Aumento no contas a receber e demais contas a receber	(1.120.266)	1.894.737	-	1.894.737
Aumento nos estoques	(102.241)	(209.047)	-	(209.047)
Aumento nas provisões, contas a pagar e demais contas a pagar	3.354.220	(915.550)	-	(915.550)
Geração de caixa das atividades operacionais	11.640.386	9.607.506	-	9.607.506
Juros pagos	(1.258.392)	(827.159)	(12.551)	(839.710)
Juros recebidos	472.993	261.325	66.188	327.513
Dividendos recebidos	4.149.324	2.770.791	-	2.770.791
Imposto de renda e contribuição social pagos	259.181	(95.053)	-	(95.053)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	15.263.492	11.717.410	53.637	11.771.047
Caixa advindo de reestruturação societária	-	3.625.864	(833.683)	2.792.181
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis	24.196	105.534	-	105.534
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(2.344.995)	(2.144.596)	-	(2.144.596)
Aquisição de outros investimentos	(1.579.423)	-	-	-
Aplicação financeira e proventos líquidos de títulos de dívida	(1.356.930)	(524.506)	(628.837)	(1.153.343)
Aquisição de outros ativos, líquidos	76	59.912	-	59.912
Provento na venda de participação de investimento para controlada	158.391	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(5.098.685)	1.122.208	(1.462.520)	(340.312)
Aumento de capital	9.873	157.552	-	157.552
Recompra de ações	(824.186)	(68.178)	-	(68.178)
Proventos de empréstimos	12.535.579	4.797.722	-	4.797.722
Liquidação de empréstimos	(8.987.064)	(739.307)	-	(739.307)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros	(4.484.286)	(308.445)	(1.138.681)	(1.447.126)
Dividendos pagos	(10.932.014)	(11.867.756)	-	(11.867.756)
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(12.682.098)	(8.028.412)	(1.138.681)	(9.167.093)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.517.291)	4.811.206	(2.547.564)	2.263.642
Caixa e equivalentes de caixa (i) no início do exercício	2.543.654	137.021	-	137.021
Efeito de variação cambial	1.918.509	142.991	-	142.991
Caixa e equivalentes de caixa (i) no final do exercício	1.944.872	5.091.218	(2.547.564)	2.543.654

(i) Não aplicável a reapresentação do saldo em 01/01/2014, em consequência da reestruturação societária da Ambev S.A.

Demonstrações do valor adicionado:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de reais)

	2015	2014 ⁽ⁱ⁾			
		Originalmente apresentado	Fundos exclusivos	Reclassificação	Reapresentado
Receitas	38.266.731	35.556.163	-	-	35.556.163
Vendas mercadorias, produtos e serviços	37.959.319	35.053.150	-	-	35.053.150
Outras receitas líquidas	333.709	516.763	-	-	516.763
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(26.297)	(13.750)	-	-	(13.750)
Insumos adquiridos de terceiros	(16.120.833)	(14.398.959)	(138.088)	402.593	(14.134.454)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(13.075.746)	(11.866.998)	-	402.593	(11.464.405)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.995.968)	(2.495.440)	(138.088)	-	(2.633.528)
(Perda) de valores ativos	(49.119)	(36.521)	-	-	(36.521)
Valor adicionado bruto	22.145.898	21.157.204	(138.088)	402.593	21.421.709
Retenções	(1.643.050)	(1.377.738)	-	-	(1.377.738)
Depreciação e amortização	(1.643.050)	(1.377.738)	-	-	(1.377.738)
Valor adicionado líquido produzido	20.502.848	19.779.466	(138.088)	402.593	20.043.971
Valor adicionado recebido em transferência	10.813.097	7.799.668	-	-	7.799.668
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.795.336	6.730.188	-	-	6.730.188
Receitas financeiras	3.988.762	1.045.958	-	-	1.045.958
Outros	28.999	23.522	-	-	23.522
Valor adicionado total a distribuir	31.315.945	27.579.134	(138.088)	402.593	27.843.639
Distribuição do valor adicionado	31.315.945	27.579.134	(138.088)	402.593	27.843.639
Pessoal	1.582.011	1.428.715	-	-	1.428.715
Remuneração direta	1.242.338	1.133.417	-	-	1.133.417
Benefícios	149.945	134.295	-	-	134.295
Fundo de garantia por tempo de serviço	64.915	56.823	-	-	56.823
Outros	124.813	104.180	-	-	104.180
Impostos, taxas e contribuições	12.016.663	10.828.094	(345.262)	402.593	10.885.425
Federais	4.402.619	3.507.003	(345.262)	175.768	3.337.509
Estaduais	7.599.796	7.308.638	-	226.825	7.535.463
Municipais	14.248	12.453	-	-	12.453
Remuneração de capitais de terceiros	5.293.500	3.256.813	207.174	-	3.463.987
Juros	5.254.122	3.203.997	207.174	-	3.411.171
Aluguéis	39.378	52.816	-	-	52.816
Remuneração de capitais próprios	12.423.771	12.065.512	-	-	12.065.512
Juros sobre o capital próprio	4.866.270	3.611.829	-	-	3.611.829
Dividendos	2.352.390	5.492.192	-	-	5.492.192
Lucros retidos	5.205.111	2.961.491	-	-	2.961.491

(i) Não aplicável a reapresentação do saldo em 01/01/2014, em consequência da reestruturação societária da Ambev S.A.

32.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2015	2014
Fundos de investimentos exclusivos	2.597.469	1.316.089
Ativo circulante	2.597.469	1.316.089
Títulos mantidos até o vencimento	89.163	65.260
Ativo não circulante	89.163	65.260
Total	2.686.632	1.381.349

32.2 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora		
	2015		
	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	8.363	-	8.363
Benefícios a empregados	95.171	-	95.171
Contas a pagar – variação cambial	2.138.416	(357.108)	1.781.308
Contas a receber	27.485	-	27.485
Derivativos	59.345	-	59.345
Estoques	1.116	-	1.116
Imobilizado	-	(518.246)	(518.246)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Prejuízos fiscais a utilizar	141.975	-	141.975
Provisões	167.084	-	167.084
Outros itens	-	(161.381)	(161.381)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	2.638.955	(1.036.735)	1.602.220
Compensação	(1.036.735)	1.036.735	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	1.602.220	-	1.602.220

Em 31 de dezembro de 2015, os impostos diferidos ativos e passivos, têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	Controladora		
	2015		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Aplicações financeiras	-	8.363	8.363
Benefícios a empregados	108.606	(13.435)	95.171
Contas a pagar - variação cambial	-	1.781.308	1.781.308
Contas a receber	17.905	9.580	27.485
Derivativos	-	59.345	59.345
Estoques	1.116	-	1.116
Imobilizado	-	(518.246)	(518.246)
Provisões	64.810	102.274	167.084
Outros itens	-	(161.381)	(161.381)
Total	192.437	1.267.808	1.460.245

Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais	Controladora	
	2015	2014
A partir de 2018 ⁽ⁱ⁾	141.975	384.913
	141.975	384.913

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora		
	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2014	557.951	-	557.951
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	(6.216)	12.076	5.860
Hedge de investimento no exterior	909.537	44.865	954.402
Hedge de investimento - opção de venda de participação em controlada	551.739	-	551.739
Hedge de fluxo de caixa – ganhos / (perdas)	(137.313)	(198.587)	(335.900)
Ganhos / (perdas) na conversão de operações no exterior	1.965.292	(101.106)	1.864.186
Reconhecido no resultado abrangente	3.283.039	(242.752)	3.040.287
Reconhecido no resultado	(2.238.770)	-	(2.238.770)
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	-	242.752	242.752
Reconhecidas no grupo de investimento	-	242.752	242.752
Equivalência patrimonial	-	242.752	242.752
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.602.220	-	1.602.220

32.3 INVESTIMENTOS

- a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	51.780.933	43.049.892
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.796.913	6.730.188
Dividendos recebidos e a receber	(4.647.320)	(2.773.525)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾	9.897.567	1.302.830
Ganhos / (perdas) atuariais em controladas	(32.366)	(93.831)
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	399.878	-
Pagamento baseado em ações em controladas	49.752	39.040
Aporte de capital em controladas	1.617.290	365.720
Efeito de reestruturação, incorporação controladas	-	3.650.398
Venda de participação em controladas	(158.391)	-
Aquisição de participação em controladas	242.707	11.474
Aquisição de participação em empreendimentos controlados em conjunto	109.194	-
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente ⁽ⁱⁱ⁾	6.952	(505.332)
Outros	10.335	4.079
Saldo no final do exercício	66.073.444	51.780.933

(i) Efeito da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real, conforme as práticas contábeis adotadas pela Ambev S.A..

(ii) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding que detém participação Controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil da Companhia para combinação de negócios entre entidades sob controle comum.

Informações sobre controladas diretas e controlada em conjunto:

	2015				2014			
	Participação %	Patrimônio Líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total Investimento	Participação %	Patrimônio Líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total Investimento
Ambev Luxemburgo	89,83%	35.248.455	3.726.183	35.387.557	89,83%	27.552.340	2.746.989	27.496.350
Arosuco ⁽ⁱⁱ⁾	99,70%	3.591.339	-	3.321.292	99,70%	3.473.284	-	3.213.955
B.Blend ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	34.689	102.859	120.203	-	-	-	-
CRBS S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	71,91%	1.686.994	-	1.109.299	69,84%	1.380.334	-	866.457
Dahlen S.A.	100,00%	328.702	-	328.702	100,00%	223.660	-	223.660
Eagle ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	5.472.214	-	5.472.515	95,47%	4.445.050	-	4.244.005
Fratelli Ltd ^(iv)	-	-	-	-	100,00%	157.870	-	157.870
Hohneck S.A.	50,69%	1.858.542	-	942.128	50,69%	1.388.743	-	703.979
Imperial ^(v)	100,00%	57.504	-	57.504	100,00%	73.704	-	73.704
Lambic Holding S.A.	87,10%	818.344	-	712.770	87,10%	669.980	-	583.546
Lizar	100,00%	24.030	-	24.030	100,00%	22.565	-	22.565
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	60,00%	2.348.039	76.803	1.420.891	60,00%	1.840.823	76.803	1.124.810
RPO ^(vi)	100,00%	4.933	-	4.933	50,00%	16.811	-	8.405
Skol ^(vii)	69,41%	6.438.991	-	4.469.174	57,09%	3.753.792	-	2.143.188
Tenedora CND	55,00%	2.496.777	4.343.898	5.719.736	55,00%	1.678.279	3.032.308	3.955.573
VPC ^(viii)	-	-	-	-	100,00%	170	-	170
Monthiers	-	-	13.061	13.061	-	-	-	-
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente				6.969.649				6.962.696
				66.073.444				51.780.933

	2015			2014		
	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo	89,83%	2.501.517	2.246.286	89,83%	2.602.912	2.337.750
Arosuco ⁽ⁱⁱ⁾	99,70%	1.719.308	1.704.034	99,70%	1.903.834	1.842.155
B.Blend ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	(6.481)	(3.241)	-	-	-
CRBS S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	71,91%	776.693	551.633	69,84%	1.191.976	751.787
Dahlen S.A.	100,00%	(79)	(5.505)	100,00%	(781)	(781)
Eagle ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	952.060	939.177	95,47%	667.898	637.642
Fratelli Ltd ^(iv)	-	-	521	100,00%	20.249	20.249
Hohneck S.A.	50,69%	469.799	238.149	50,69%	193.190	97.931
Imperial ^(v)	100,00%	4.922	4.922	100,00%	39.280	39.280
ITB	-	-	-	50,00%	(2.828)	(1.414)
Lambic Holding S.A.	87,10%	148.364	129.224	87,10%	94.021	81.892
Lizar	100,00%	23.212	23.212	100,00%	19.816	19.816
Londrina Bebidas Ltda	-	-	-	-	333.914	324.558
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	60,00%	704.619	414.755	60,00%	357.214	192.504
RPO ^(vi)	100,00%	15.045	9.934	50,00%	22.609	11.304
Skol ^(vii)	69,41%	328.367	215.280	57,09%	280.144	159.433
Tenedora CND	55,00%	597.692	328.743	55,00%	391.778	216.106
VPC ^(viii)	-	-	(211)	100,00%	(24)	(24)
		6.796.913			6.730.188	

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento.

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.

(iii) Aquisição de participação na B.Blend Máquinas e Bebidas S.A. ("B.Blend").

(iv) Em 12 de janeiro de 2015 ocorreu a venda de participação para Skol.

(v) Em 1º de dezembro de 2014 houve alteração da denominação social da Anep - Antarctica Empreendimentos e Participações Ltda. Para Imperial Fábrica de Cerveja Nacional Ltda. ("Imperial"). Em 16 de agosto de 2015 foi transformado em Sociedade Anônima.

(vi) Em 1º de julho de 2015 houve a alteração da denominação social da Agrega Inteligência em compras Ltda para RPO Latam Estratégia em compras Ltda..

(vii) Alteração de participação referente a aumento de capital por parte da Ambev S.A., com renúncia da acionista não-subscritora.

(viii) Empresa incorporada pela Ambev S.A. em maio de 2015.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Tabela de outras participações indiretas - %		
Denominação	2015	2014
Linthal S.A.	100%	100%
Labatt Brewing	100%	100%
Jalua Spain S.L.	100%	100%
Monthiers	100%	100%
Aspen	100%	100%

c) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cervecería Nacional Dominicana S.A. (“CND”), Cervecería Boliviana Nacional S.A. e Cervecería Paraguay S.A. são as que possuem maior participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade dos valores de não controladores.

32.4 PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros				
Cíveis	15.977	275.088	(255.033)	36.032
Impostos sobre vendas	168.002	270.619	(413.058)	25.563
Imposto de renda	124.003	24.779	(26.676)	122.106
Trabalhistas	132.223	98.236	(117.141)	113.318
Outros	46.301	29.601	(41.918)	33.984
Total das provisões	486.506	698.323	(853.826)	331.003

(b) Expectativa de desembolso

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros					
Cíveis	36.032	8.924	24.796	1.839	473
Impostos sobre vendas	25.563	6.331	17.056	221	1.955
Imposto de renda	122.106	30.242	91.864	-	-
Trabalhistas	113.318	28.065	41.310	35.250	8.693
Outros	33.984	8.417	17.716	7.365	486
Total das provisões	331.003	81.979	192.742	44.675	11.607

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

32.5 CONTINGÊNCIAS

A Controladora tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 32.4 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Controladora tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora	
	2015	2014
PIS e COFINS	793.613	274.192
ICMS e IPI	9.564.477	5.074.181
IRPJ e CSLL	12.810.493	9.952.947
Trabalhistas	47.583	102.152
Cíveis	895.592	199.437
Outros	438.780	1.611.591
	24.550.538	17.214.500

32.6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.920.185	546.924
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(1.995.832)	(378.189)
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	(242.938)	373.913
Total do imposto de renda diferido	(2.238.770)	(4.276)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(318.585)	542.648

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.742.356	11.522.864
Ajuste na base tributável		
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	(645)	(657.419)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.142.300)	(1.022.740)
Participação nos resultados de controladas	(6.795.336)	(6.730.188)
Despesas não dedutíveis	305.872	134.440
Lucros auferidos no exterior tributáveis no Brasil	1.264.190	245.452
	6.374.131	3.492.409
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(2.167.202)	(1.187.419)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivos regionais de imposto de renda	1.339	16.065
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.646.049	1.729.847
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	142.034	200.459
Outros ajustes tributários	59.198	(216.304)
Imposto de renda e contribuição social	(318.585)	542.648
Alíquota efetiva de impostos	2,50%	-4,71%

32.7 PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de *Compliance* Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos às transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros e estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam refletidas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações, conforme mencionado na Nota 26 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	32.097	22.172
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	38.976	39.303
Total remuneração do pessoal chave da Administração	71.073	61.475

(i) Corresponde substancialmente a honorários dos Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações (Nota 26 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo

de transação com os administradores tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”) é uma das acionistas da Ambev S.A., com 9,93% do capital total. A Fundação Zerrenner é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev S.A., no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas. A Ambev S.A. reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponíveis para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2015, R\$235.538 (R\$216.340 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$208.231 (R\$195.358 em 31 de dezembro de 2014) relacionados aos funcionários ativos e R\$27.307 (R\$22.802 em 31 de dezembro de 2014) relacionados aos funcionários inativos.

b) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrenner, no valor total de R\$63.328, pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 31 de março de 2018.

c) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrenner, no valor anual de R\$4.522. A Fundação e a Companhia estão negociando os novos termos do contrato.

d) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá, no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e no Paraguai. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da ABI no Brasil,

Canadá, Argentina e outros países e, por meio de licença concedida à ABI, esta distribui produtos Brahma em determinados países da Europa, Ásia e África. Neste contexto, a Companhia registrou R\$52.808 (R\$1.605 em 31 de dezembro de 2014) e R\$434.760 (R\$293.116 em 31 de dezembro de 2014) como receita e despesa de licenciamento no Consolidado, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da ABI, para importar, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Negra Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

e) Plataforma e-commerce

Em 29 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato com a empresa B2W - Companhia Digital S.A. para gerir a plataforma de *e-commerce* da Companhia, denominada “Parceiro Ambev” e “Empório da Cerveja”. O contrato tem vigência de dois anos e o objeto do mesmo é a comercialização de produtos da Ambev S.A. por meio de *websites*. Ambas as partes possuem os mesmos controladores. A B2W e a Companhia estão negociando novo modelo de contrato de gestão da plataforma de *e-commerce* da Companhia.

f) Despesas de marketing

A Companhia mantém contratos de reembolso com a Anheuser-Busch Inc., para pagamento de divulgação e patrocínio de eventos esportivos no Brasil como FIFA e UFC. A Companhia registrou R\$19.077 como despesa de marketing na Controladora e R\$24.400 no Consolidado.

Transações com partes relacionadas

Circulante	2015				
	Controladora				
	Contas a Receber ⁽ⁱ⁾	Contas a Pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a Pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio
AB InBev	18.685	(241.377)	-	-	-
AB USA	27.818	(2.281)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	543	-	(249.049)	-	-
Ambrew	-	-	-	-	(686)
Arosuco	54.921	(1.455.732)	-	498.512	-
CMQ	15.821	(5.497)	(30.737)	-	-
CND	4.193	(819)	-	-	-
CRBS	2.232.104	(698.611)	-	-	-
Cympay	-	(643.588)	-	-	-
Dunvegan	-	-	(23.144)	-	-
Fratelli Vita	-	-	(36.926)	-	-
Labatt Breweries	669	-	(92.083)	-	-
Linthal	-	-	(354.309)	-	-
Maltería Uruguay	-	(136.321)	-	-	-
Modelo	671	(3.914)	-	-	-
Monthiers	-	(4.134)	(30.234)	-	-
Skol	137.112	(80.935)	-	-	-
Outras	75.257	(50.822)	(2.175)	2.365	-
	2.567.794	(3.324.031)	(818.657)	500.877	(686)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

2014					
Circulante	Controladora				
	Contas a Receber ⁽ⁱ⁾	Contas a Pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a Pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio
AB InBev	60.045	(180.816)	-	-	-
AB USA	16.244	(7.021)	-	-	-
Ambrew	-	-	-	-	(166.386)
Arosuco	1.822	(484.509)	-	-	-
CMQ	9.659	(3.611)	(5.390)	-	-
CND	1.427	(9.647)	-	2.803	-
CRBS	1.438.814	(8.463)	-	-	-
Cympay	-	(223.972)	-	-	-
Dunvegan	-	-	(28.738)	-	-
Fratelli Vita	-	-	(23.198)	-	-
Fundação Zerenner	-	-	-	-	(200.538)
ITW	-	-	-	-	(1.097.454)
Labatt Breweries	2.705	(5)	(37.967)	-	-
Linthal	-	-	(42.167)	-	-
Maltería Uruguay	279	(724.535)	-	-	-
Modelo	8.715	(18)	-	-	-
Monthiers	-	(4.134)	(908.729)	-	-
Skol	300.764	(87.799)	-	-	-
Outras	23.429	(28.483)	(4.831)	-	-
	1.863.903	(1.763.013)	(1.051.020)	2.803	(1.464.378)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Não circulante	Controladora	
	2015	2014
	Empréstimos/ Mútuo a Pagar	Empréstimos/ Mútuo a Pagar
Ambev Luxemburgo	(799.877)	-
Cervecería Chile	(900.000)	(900.000)
CMQ	(409.796)	(409.796)
Dunvegan	(4.011.720)	(4.405.470)
Labatt Breweries	(11.950.033)	(3.416.834)
Linthal	(4.529.568)	(2.549.952)
Monthiers	(2.470.033)	(2.639.561)
Outras	(197.977)	(480.999)
	(25.269.004)	(14.802.612)

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

Empresa	2015				
	Controladora				
	Compras / Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio Despesas c/ Controladas	Royalties / Benefícios	Resultado Financeiro
AB InBev	(281.050)	-	132	273	(21.037)
Arosuco	(2.048.677)	46.370	23.433	-	(119)
Cervecería Chile	-	-	-	-	(78.300)
Cervecería Modelo	(22.238)	208	-	-	(6.268)
CMQ	(7.712)	732	-	-	(55.260)
CRBS	(42.030)	9.591.404	32.239	-	133
Cympay	(551.707)	-	-	-	(170.067)
Dunvegan	-	-	-	-	(1.496.562)
Fratelli Vita	-	-	-	-	(77.033)
Fundação Zerrenner	-	-	-	(5.139)	-
Labatt Breweries	87	-	164	-	(519.484)
Linthal	-	-	-	-	(229.490)
Lizar	(27.253)	-	-	-	-
Maltería Uruguay	(235.504)	-	-	-	(158.404)
Modelo	(27.086)	-	-	-	294
Monthiers	-	-	-	-	(1.234.721)
NCAQ	-	-	-	-	(76.894)
Skol	(215.575)	57.532	93.976	-	20
Outras	(43.968)	93.074	183	-	(4.902)
	(3.502.713)	9.789.320	150.127	(4.866)	(4.128.094)

Empresa	2014				
	Controladora				
	Compras / Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio Despesas c/ Controladas	Royalties / Benefícios	Resultado Financeiro
AB InBev	-	-	-	398	47.450
Arosuco	(1.707.031)	35.061	35.385	-	-
Cervecería Chile	-	-	-	-	(78.300)
CMQ	(1.969)	-	-	-	(36.002)
CRBS	(87)	7.026.276	58.529	-	(165)
Cympay	(197.078)	-	-	-	(4.669)
Dunvegan	-	-	-	-	(651.965)
Fratelli Vita	-	-	-	-	(20.249)
Fundação Zerrenner	(12.797)	-	-	(7.079)	-
Labatt Breweries	-	-	-	-	(107.697)
LASI	-	-	-	-	22.017
Linthal	(6.072)	-	-	-	(38.881)
Lizar	(10.569)	-	-	-	-
Londrina	(419.757)	130.883	11.881	-	3
Maltería Uruguay	(678.908)	-	-	-	(26.289)
Monthiers	-	-	-	-	(613.520)
NCAQ	-	-	-	-	(51.619)
Skol	(126.962)	31.520	165.226	-	(19)
Outras	(25.632)	35.743	-	720	44.900
	(3.186.862)	7.259.483	271.021	(5.961)	(1.515.005)

33. PARTES RELACIONADAS

O consolidado apresentou as seguintes operações com partes relacionadas:

2015					
Consolidado					
Circulante	Contas a Receber (i)	Outras contas a receber (i)	Contas a pagar (i)	Outras contas a pagar (i)	Dividendos a Pagar (i)
AB InBev	67.496	18.559	(159.627)	-	-
AB Package	-	-	(48.787)	-	-
AB USA	15.633	32.115	(164.847)	(477)	-
Ambrew	-	-	-	-	(686)
Cervecería Modelo	582	-	(246.370)	-	-
Inbev	-	19.486	(14.067)	-	-
ITW	-	-	-	(256.365)	-
Modelo	-	814	(85.809)	(62.697)	-
Outras	913	6.623	(5.089)	(5.322)	-
	84.624	77.597	(724.596)	(324.861)	(686)

2014					
Consolidado					
Circulante	Contas a Receber (i)	Outras contas a receber (i)	Contas a pagar (i)	Outras contas a pagar (i)	Dividendos a pagar (i)
AB InBev	50.623	59.368	(91.459)	-	-
AB Package	-	-	(34.577)	-	-
AB Services	21.945	-	(3.194)	(247)	-
AB USA	7.623	15.114	(195.483)	(6.890)	-
Ambrew	-	-	-	-	(166.386)
Cervecería Modelo	954	-	(16.664)	-	-
Inbev	35	15.780	-	-	-
ITW	-	-	-	(174.389)	(1.097.454)
Modelo	-	12.193	(120.382)	(51.119)	-
Outras	218	913	(13.682)	(50)	-
	81.398	103.368	(475.441)	(232.695)	(1.263.840)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

2015				2014			
Consolidado				Consolidado			
Empresa	Compras / Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Royalties / Benefícios	Compras / Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Royalties / Benefícios	
AB InBev	(55.283)	-	(35.440)	(40.972)	-	(24.373)	
AB Package	-	-	-	(16.167)	-	-	
AB USA	(124.911)	48.968	(288.100)	(87.240)	31.192	(228.399)	
Cervecería Modelo	(257.723)	1.141	(52.940)	-	-	(33.145)	
InBev	(73.274)	102	-	(50.667)	-	-	
Modelo	(356.948)	-	-	(208.566)	-	-	
Outras	(73.998)	608	(1.121)	(35.983)	2.528	(1.574)	
	(942.137)	50.819	(377.601)	(439.595)	33.720	(287.491)	

Denominações utilizadas nos quadros acima e na Nota 32.6:

Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”)

Anheuser-Busch Inbev Services LLC (“ABI Services”)

Anheuser-Busch Inbev USA LLC (“AB USA”)
 Anheuser-Busch Packaging Group Inc. (“AB Package”)
 Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)
 Ambrew S.A. (“Ambrew”)
 Cervecería Chile (“Cervecería Chile”)
 Cervecería Modelo de Guadalajara S.A. (“Modelo”)
 Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. (“Cervecería Modelo”)
 Cervecería Nacional Dominicana, S.A. (“CND”)
 Cervecería y Maltería Payssandú S.A. (“Cympay”)
 Cerveceria y Malteria Quilmes (“CMQ”)
 Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. (“Skol”)
 CRBS S.A. (“CRBS”)
 Dunvegan S.A. (“Dunvegan”)
 Fratelli Vita Ltd (“Fratelli Vita”)
 Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”)
 Inbev Belgium N.V. (“Inbev”)
 Interbrew International B.V. (“ITW”)
 Labatt Breweries of Canada LP (“Labatt Breweries”)
 Latin America South Investment S.L. (“LASI”)
 Linthal S.A. (“Linthal”)
 Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (“Lizar”)
 Londrina Bebidas Ltda. (“Londrina”)
 Maltería Uruguay S.A. (“Maltéria Uruguay”)
 Monthiers S.A. (“Monthiers”)
 NCAQ Sociedad Colectiva (“NCAQ”)

34. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo. O número de companhias consolidadas e controladas em conjunto totaliza 45.

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G	99,74%
Av. Del Libertador 498, 26º andar - Buenos Aires	

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A.	85,67%
Av. Montes 400 e Rua Chuquisaca - La Paz	

Brasil

AMBEV S.A.	Companhia
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo	Consolidadora
AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.	100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM	

CRBS S.A. Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna – SP	100,00%
EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna – SP	100,00%
CERVEJARIA REUNIDAS SKOL CARACU S.A. Av. Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna - SP	100,00%
Canadá	
LABATT BREWING COMPANY LIMITED 207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	100,00%
Chile	
CERVECERIA CHILE S.A. Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Comuna de Quilicura - Santiago	100,00%
Espanha	
JALUA SPAIN, S.L. Juan Vara Terán, 14 – Ilhas Canárias	100,00%
Equador	
COMPANHIA CERVECERA AMBEV ECUADOR S.A. Km 14,5 Vía Dauley, Av. Las Iguanas - Guayaquil	100,00%
Luxemburgo	
AMBEV LUXEMBOURG 5, Gabriel Lippmann, L – 5.365 Munsbach	100,00%
Guatemala	
INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA 43 Calle 1-10 Clzd. Aguilar Bartres, Zona 12, Edificio Mariposa, nivel 4 - 01012 - Zacapa	50,00%
Paraguai	
CERVECERIA PARAGUAY S.A. Ruta Villeta KM 30 - Ypané	87,34%
Peru	
COMPANÍA CERVECERA AMBEV PERU S.A.C. Av. República de Panamá, 3.659 San Isidro - Lima 41 – Lima	100,00%
República Dominicana	
CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional	55,00%
Uruguai	
LINTHAL S.A. 25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo	99,99%
CERVECERIA Y MALTERIA PAYSSANDÚ S.A. Rambla Baltasar Brum, 2.933 – 11800 - Payssandu	98,62%
MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo	100,00%

35. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

i) Em janeiro de 2016, Ambev S.A., por meio de suas subsidiárias CRBS S.A. e Ambev Luxemburgo, fechou uma operação por meio da qual passou a deter o controle das empresas do grupo Mark Anthony que conta com uma gama de produtos de cervejas e sidras, por um valor de R\$1,4 bilhão.

ii) Na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de janeiro de 2016, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de JCP, a serem deduzidos do resultado do exercício de 2015 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, à razão de R\$0,13 por ação da Companhia. A distribuição de JCP será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de JCP de R\$0,1105 por ação da Companhia.

O referido pagamento será efetuado a partir de 29 de fevereiro de 2016 (ad referendum da Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015) com base na posição acionária de 29 de janeiro de 2016 (inclusive) no que se refere à BM&FBOVESPA e 3 de fevereiro de 2016 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.